

## ÍNDICE

**PARTE I – Descrição Sumária do PDL – Resumo da Candidatura**

i.	Território.....	a
ii.	Parceria de Desenvolvimento.....	b
iii.	Objectivos.....	d
iv.	Medidas e Sub-Medidas.....	i
v.	Montantes Financeiros.....	j

**PARTE II – PDL- Plano de Desenvolvimento Local**

1.	<b><u>Apresentação do Território</u></b> .....	004
1.1	<i>Sua identificação e coordenadas geográficas</i> .....	004
1.2	<i>Sua identificação e coordenadas geográficas: por concelho</i> .....	005
2.	<b><u>Caracterização da Zona de Intervenção</u></b> .....	006
2.1	<b><i>Principais características em termos geográficos: “o verde / azul”</i></b> .....	006
2.1.1	A Hidrografia – Os Rios – O Azul.....	006
2.1.2	O Orografia – As Serras e a Floresta – O Verde.....	007
2.2	<b><i>A Região ELOZ em números – uma análise quantitativa da Zona de Intervenção</i></b> .....	009
2.2.1	Área, População e Densidade Populacional.....	009
2.2.2	Estrutura Etária da População Residente.....	013
2.2.3	População residente segundo o Sexo.....	018
2.2.4	População activa.....	019
2.2.5	Actividades Económicas: A agricultura e a floresta.....	020
2.2.6	Actividades Económicas: A indústria.....	022
2.2.7	Poder de compra concelho.....	023
2.3	<b><i>Análise Participativa da Comunidade residente</i></b> .....	024
2.3.1	Justificação para aplicação do “Inquérito à Comunidade” .....	024
2.3.2	O universo e a amostra.....	028
2.3.3	Caracterização da população inquirida.....	029
2.3.4	Inquérito à Comunidade: a opinião expressa da população.....	033
2.3.5	Conclusões Gerais da aplicação do Inquérito à Comunidade.....	040
2.4	<b><i>A análise SWOT da região: um diagnóstico da Zona de Intervenção</i></b> .....	042
2.4.1	A competitividade social do território.....	044
2.4.2	A competitividade ambiental do território.....	049
2.4.3	A competitividade económica do território.....	053
2.4.4	A competitividade global do território.....	058
2.5	<b><i>Síntese das Potencialidades das terras de Entre LOusã e Zêzere</i></b> .....	063

<b>3. <u>Avaliação “ex-ante” Leader+.....</u></b>	<b>066</b>
<b>3.1 <i>Síntese dos principais resultados da aplicação ao território da Iniciativa Leader II.....</i></b>	<b>066</b>
3.1.1 Avaliação Global das actividades preconizadas.....	066
3.1.2 Resumo quantitativo das actividades desenvolvidas.....	071
3.1.3 Quadros de avaliação qualitativa da Intervenção.....	080
3.1.4 Considerações finais.....	100
<b>3.2 <i>Uma opinião externa à EL e ao GAL</i></b>	
“INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ESPAÇO RURAL PORTUGUÊS, O EXEMPLO DO LEADER-ELOZ. ENTRE LOUSÃ E ZÊZERE” PELOS PROFESSORES PAULO CARVALHO E JOÃO LUÍS FERNANDO DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.....	101
<b>4. <u>Definição de uma Estratégia de Desenvolvimento para o Território .....</u></b>	<b>126</b>
<b>4.1 <i>Modelo e Estratégia de Desenvolvimento.....</i></b>	<b>126</b>
<b>4.2 <i>Objectivos para o território: Gerais, Específicos e Operacionais.....</i></b>	<b>129</b>
<b>4.3 <i>Coerência e compatibilidade do PDL com o Programa Nacional.....</i></b>	<b>132</b>
<b>4.4 <i>Articulação, integração e complementaridade com outros instrumentos existentes para o desenvolvimento</i></b>	
ARTICULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTA COM O VECTOR 2 DO PROGRAMA “APOIO À COOPERAÇÃO ENTRE TERRITÓRIOS RURAIS”.....	135
ARTICULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTA COM O VECTOR 3 DO PROGRAMA “COLOCAÇÃO EM REDE” .....	136
<b>4.5 <i>Impacto Esperado.....</i></b>	<b>142</b>
<b>5. <u>Medidas e sub-Medidas previstas no Programa LEADER+ELOZ. Entre LOusã e Zêzere.....</u></b>	<b>145</b>
<b>5.1 <i>Definição do Quadro de Medidas e Sub-Medidas previstas.....</i></b>	<b>145</b>
<b>5.2 <i>Articulação das Medidas e Sub-Medidas previstas com os objectivos preconizados no PDL.....</i></b>	<b>147</b>
<b>5.3 <i>Fichas-Resumo por Medida e Sub-Medida.....</i></b>	<b>151</b>
<b>6. <u>Plano Financeiro Anual do Programa, por Medidas e Sub-Medidas .....</u></b>	<b>202</b>
<b>7. <u>Disposições Gerais de Execução.....</u></b>	<b>205</b>
<b>7.1 <i>Entidades Local e Parceira – sua identificação.....</i></b>	<b>205</b>

---

<b>7.2 Processo de análise, selecção e decisão de candidaturas.....</b>	<b>212</b>
<b>7.3 Circuitos Financeiros.....</b>	<b>217</b>
<b>7.4 Sistema de Acompanhamento e Controlo.....</b>	<b>218</b>
<b>7.5 Sistema de Avaliação.....</b>	<b>220</b>
<b>7.6 Divulgação e Dinamização do PDL.....</b>	<b>221</b>
<b>8. <u>Parceria de Desenvolvimento do PDL</u>.....</b>	<b>222</b>
<b>8.1 Historial da Parceria de Desenvolvimento.....</b>	<b>222</b>
8.1.1 O 1º. Acordo de Cooperação.....	222
8.1.2 A continuidade da parceria: a Adenda ao Acordo de Cooperação.....	224
<b>8.2 Processo de Montagem do PDL- Plano de Desenvolvimento Local.....</b>	<b>228</b>
<b>8.3. Envolvimento dos Parceiros na execução do PDL.....</b>	<b>232</b>

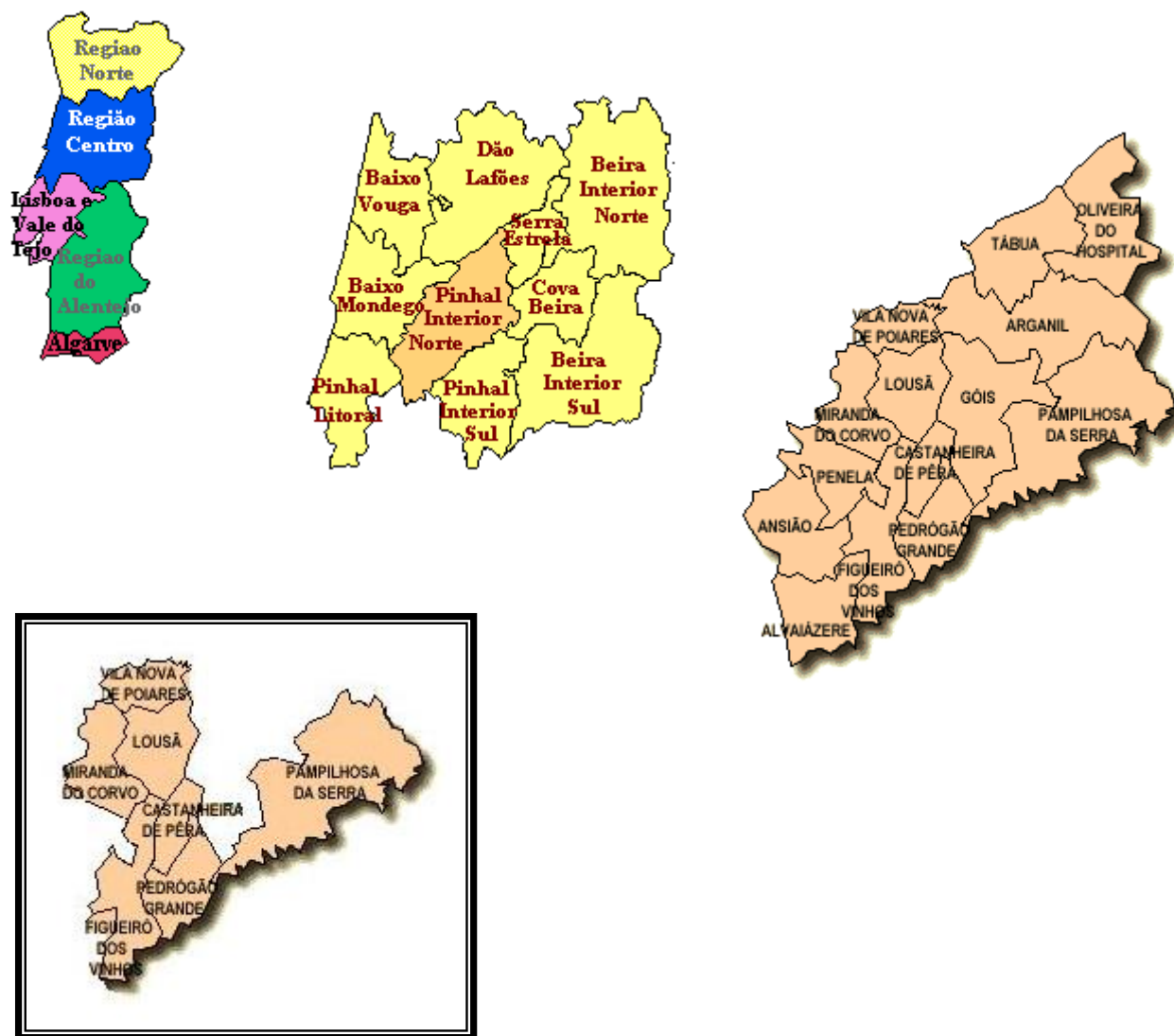
## PARTE II

### PDL- Plano de Desenvolvimento Local

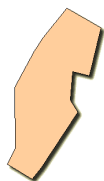
#### 1. Apresentação do Território:

##### 1.1. Sua identificação e coordenadas geográficas:

O território da Zona de Intervenção do Programa Leader+ELOZ. Entre LOusã e Zêzere localiza-se em Portugal Continental, mais propriamente na Região Centro, na NUT II do Pinhal Interior Norte e abrange os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande e Vila Nova de Poiares, num total de 34 freguesias. Possui uma área total aproximada de 1.114 Km<sup>2</sup>, uma população total residente de 51.190 habitantes e uma densidade populacional de 45,9 habitantes por Km<sup>2</sup> (Confrontar com Quadro 1).



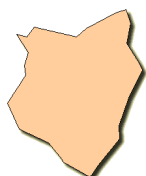
Zona de Intervenção +ELOZ. Entre LOusã e Zêzere

**1.2 Sua identificação e coordenadas geográficas: por concelho**

Concelho: Castanheira de Pera  
Freguesias: 2 - Castanheira de Pêra e Coentral  
Distrito: Leiria  
Área: 66,86 Km<sup>2</sup>



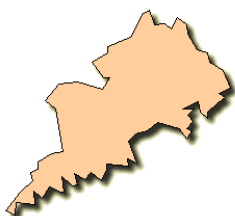
Concelho: Figueiró dos Vinhos  
Freguesias: 5 - Aguda, Arega, Bairradas, Campelo e Figueiró dos Vinhos  
Distrito: Leiria  
Área: 171,95 Km<sup>2</sup>



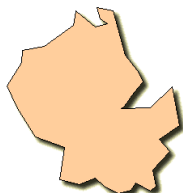
Concelho: Lousã  
Freguesias: 5 - Casal de Ermio, Foz de Arouce, Lousã, Serpins e Vilarinho  
Distrito: Coimbra  
Área: 139,16 Km<sup>2</sup>



Concelho: Miranda do Corvo  
Freguesias: 5 - Lamas, Miranda do Corvo, Rio de Vide, Semide e Vila Nova  
Distrito: Coimbra  
Área: 126,98 Km<sup>2</sup>



Concelho: Pampilhosa da Serra  
Freguesias: 10 - Cabril, Dornelas do Zêzere, Fajão, Janeiro de Baixo, Machio, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro, Portela do Fojo, Unhais-o-Velho e Vidual  
Distrito: Coimbra  
Área: 396,49 Km<sup>2</sup>



Concelho: Pedrogão Grande  
Freguesias: 3 - Graça, Pedrogão Grande e Vila Facaia  
Distrito: Leiria  
Área: 128,59 Km<sup>2</sup>



Concelho: Vila Nova de Poiares  
Freguesias: 4 - Arrifana, Lavegadas, Santo André e São Miguel  
Distrito: Coimbra  
Área: 83,82 Km<sup>2</sup>

## 2. Caracterização da Zona de Intervenção:

### 2.1. Principais características em termos geográficos: “o verde/azul”

#### 2.1.1. A Hidrografia - Os Rios - O Azul

A água é o recurso natural mais desejado pelas suas múltiplas utilizações e possivelmente o mais precioso tanto pela sua escassez como pela sua salubridade.

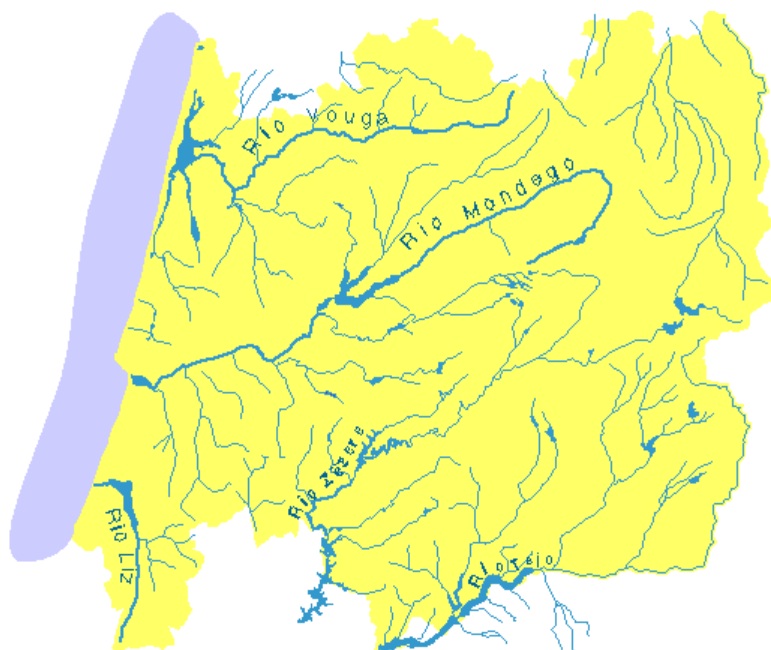
A água permite a rega dos campos, o abastecimento das localidades, o lazer (por exemplo de realçar a importância social, mais do que turística, das praias fluviais), a valorização da paisagem e do potencial ambiental e ecológico, entre outras formas de utilização e beneficiação. A água por si só capta, atrai, constitui-se como um ponto forte de qualquer região.

A água representa a vida que sem ela não nasce ou frutifica, representa bem-estar e riqueza.

A Zona de Intervenção, espacialmente localizada e encaixada entre os dois maiores cursos de água nacionais -os Rios Mondego e o Zêzere- surge como um território que beneficia e usufrui directamente dos inúmeros recursos hídricos que dispõe.

Particularmente rica em água, banhada por inúmeras nascentes, regatos, ribeiras e rios e ainda com a existência de algumas Albufeiras e Barragens, a região surge como um espaço privilegiado em que a quantidade e qualidade da água assumem-se como factores preponderantes na caracterização e identificação do território.

Trata-se de uma característica geográfica que se assume como elemento fundamental quando em análise a Zona de Intervenção [Entre LOusã e Zêzere] e por tal suporte de qualquer estratégia de desenvolvimento.



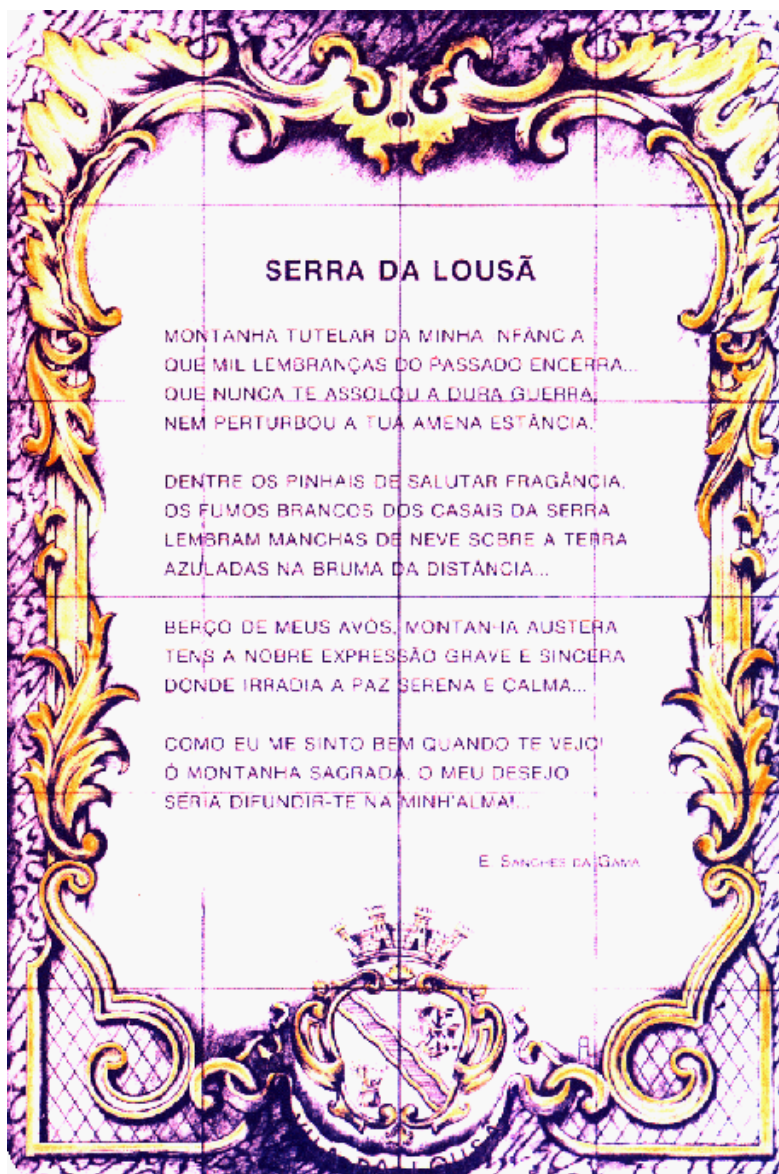
Finalmente e pela sua importância do ponto de vista histórico, patrimonial, turístico e naturalmente ecológico e ambiental, surgem como recursos de maior expressão:

Os Rios Mondego, Zêzere, Ceira, Unhais, Alva, Dueça, Arouce...

As Ribeiras de Pêra, Alge e São João...

As Barragens e Albufeiras do Cabril, Santa Luzia, Alto Ceira e Bouçã.

## 2.1.2. A Orografia - As Serras e a Floresta - O Verde



"(...) É difícil saber ou sequer imaginar como se formaram povoações há tanto tempo perdidas no meio de montes, realmente muito áridos, da Lousã. Não simples montes, «mas um mar de serras sobre serras», como lhes chamou Forjaz de Sampaio ao visitar em 1838 esta «sucessão da Serra da Estrela».

Esta Serra acaba a sul no Zêzere e a norte no vale profundo do Rio Ceira, que a separa de São Pedro de Açor. O seu ponto mais alto é o Trevim, com 1204 metros (...). esta Serra é da idade pré-câmbrica e de constituição xistosa (o próprio nome Lousã poderia vir, segundo muitos de *lousa*); esta constituição determina um relevo arredondado e escaldado e uma cor acinzentada, porque o xisto com a altitude é cinzento, acentuadamente micácio e ferruginoso (...). Por isso, (se) chama a esta Serra e às suas povoações «castelos de xisto» (...)" <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Paulo Monteiro, Terra que já foi terra, Lisboa, Edições Salamandra, 1985, p.41

As montanhas são características geo-morfológicas que definem e condicionam os territórios. Ocupadas na sua quase totalidade por grandes manchas florestais, constituem-se como áreas particularmente sensíveis, uma vez que qualquer intervenção surge com maior dificuldade de operacionalização e o seu equilíbrio ecológico-ambiental facilmente perturbável.

Ao longo dos tempos, a Serra da Lousã surgiu como uma barreira à comunicação, ao crescimento económico e ao desenvolvimento generalizado das comunidades. A Serra reflectia-se na vida árdua e de permanente labuta (quase confronto) dos povos serranos, na dificuldade diária de tirar da terra o seu sustento, nas invernias cinzentas e gélidas, nos acessos e percursos sinuosos contrários à fluente deslocação.

MAS... a Serra surgia também e porventura preponderantemente como a própria identidade da região, o seu ex-libris, confundindo-se com a própria identidade dos seus naturais, permanentemente o elemento de referência e, actualmente, numa época em que o mundo avançou para conceitos como o de "aldeia global", para a utilização -quase banal- dos novos meios de comunicação e inovadoras tecnologias trespassam, à velocidade de segundos, as mais rochosas e inatingíveis escarpas, a Serra da Lousã -ela mesma- define-se como factor agregador de vontades e anseios, como uma característica de eleição que estabelece a própria originalidade da região, que une os povos serranos do Norte e do Sul e que cria pistas de e para o desenvolvimento.



## 2.2. A Região ELOZ em números - uma análise quantitativa da Zona de Intervenção

### 2.2.1. Área, População e Densidade Populacional

A área da Zona de Intervenção do Programa Leader+/ELOZ. Entre LOusã e Zêzere comporta sete concelhos, concretamente:

- Castanheira de Pera
- Figueiró dos Vinhos
- Lousã
- Miranda do Corvo
- Pampilhosa da Serra
- Pedrogão Grande
- Vila Nova de Poiares

Destes concelhos os que apresentam uma área de maior dimensão são, por ordem decrescente- os concelhos de Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos e Lousã com, respectivamente 396,5, 172,0 e 139,2 Km<sup>2</sup>.

Todavia, a distribuição de população não é homogénea, e o concelho com maior área geográfica -Pampilhosa da Serra- apresenta a menor densidade populacional de todo o território, com 11,4 habitantes por Km<sup>2</sup>. É igualmente o concelho que mais população perdeu, no período compreendido entre 1991 e 1997, ou seja cerca de 1.287 habitantes em apenas 7 anos. Esta mesma tendência, suscitada pela interioridade dos concelhos e consequente aumento da desertificação humana, ocorre igualmente nos concelhos ao Sul da Serra da Lousã, como é o caso de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande.

Ao invés, o concelho da Lousã, mais propriamente a atracção exercida pela vila da Lousã, reflecte o fenómeno do crescimento urbano e da proximidade a uma cidade de porte médio -neste caso específico a Coimbra- apresentando uma densidade populacional na ordem dos 102 habitantes por Km<sup>2</sup>.<sup>2</sup>

O mesmo fenómeno -embora de forma mais modesta- começa a tomar contornos idênticos nas sedes dos concelhos de Miranda do Corvo e de Vila Nova de Poiares, os quais apresentam valores de densidade populacional de 89,1 e 70,2, respectivamente. Verifica-se que, na generalidade, as sedes de concelho exercem alguma atracção ao nível local, captando população das freguesias limítrofes. Esta situação ocorre em todos os concelhos, sendo as vilas-sede de concelho as localidades mais populosas.

Efectuando, porém, uma análise global observa-se que tão somente o concelho da Lousã sofreu uma variação populacional positiva, porquanto foi o único concelho que no período de análise considerado aumentou efectivamente de população (853 habitantes) [Confrontar com Quadro 2 «Variação populacional por concelho - 1991-1998»].

---

<sup>2</sup> Mesmo neste caso a densidade demográfica fica aquém do valor máximo indicado para regiões beneficiárias da Iniciativa LEADER [densidade populacional < 120 habitantes por Km<sup>2</sup>].

**Quadro 1 - Área, População, Freguesias e Densidade Populacional - por concelho  
Zona de Intervenção +ELOZ**

**Área, População, Freguesias e Densidade Populacional - Região Centro**

NUTS/CONCELHOS	Área Total	População Residente		Freguesias	Área Média das Freguesias	Densidade Populacional
	Km2	Total		Nº	Km2	Hab/Km2
	1998	1991	1999	1999	1999	1999
<b>Portugal</b>	<b>91 906,0</b>	<b>9 867 147</b>	<b>9979450</b>	<b>4 241</b>	<b>21,7</b>	<b>108,3</b>
<b>Região Centro</b>	<b>23 668,2</b>	<b>1 721 650</b>	<b>1710330</b>	<b>1 109</b>	<b>21,3</b>	<b>72,3</b>
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>2 617,5</b>	<b>139 413</b>	<b>131760</b>	<b>114</b>	<b>23,0</b>	<b>50,3</b>
Castanheira de Pera	66,9	4 442	3820	2	33,4	57,1
Figueiró dos Vinhos	172,0	8 012	7470	5	34,4	43,4
Lousã	139,2	13 447	14300	5	27,8	102,8
Miranda do Corvo	127,0	11 674	11280	5	25,4	88,8
Pampilhosa da Serra (*)	396,5	5 797	4510	10	39,6	11,4
Pedrogão Grande	128,6	4 643	3980	3	42,9	31
Vila Nova de Poiares	83,8	6 161	5830	4	21,0	69,6
<b>TOTAIS ZI +ELOZ</b>	(≅ 1114) <b>1 113,9</b>	<b>54 176</b>	<b>51190</b>	<b>34</b>	<b>32,07</b>	<b>45,9</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 1999. Estimativas Provisórias da População Residente em 31/12/98.

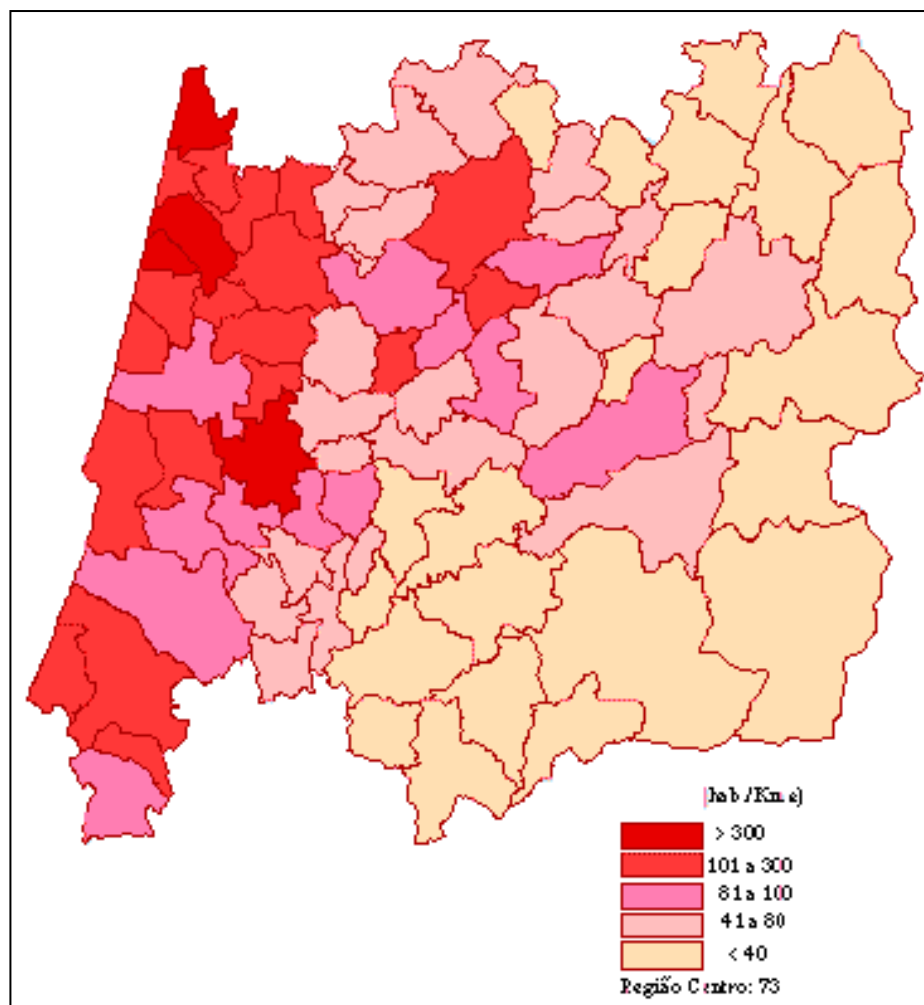
Coluna 8: dados calculados pela DRC com base nas colunas 2 e 7. Coluna 9: dados calculados pela DRC com base nas colunas 2 e 4.

(\*) O INE- Instituto Nacional de Estatística realizou no decorrer de 2000 e no âmbito do CENSUS 2001 um Inquérito Piloto ao concelho de Pampilhosa da Serra, que estabelece com precisão e maior actualidade os valores em termos de população residente. Estes valores e por serem mais actuais são evidentemente diferentes dos apresentados no presente quadro. Assim, verifica-se alguma discrepância nos dados apresentados para este concelho. Tal ocorre, uma vez que optámos por apresentar as Estimativas Provisórias da População Residente de 1997 por forma a coexistir uma idêntica avaliação para todos os concelhos da Zona de Intervenção,.

Na realidade e considerando a Zona de Intervenção no seu todo, verifica-se que a densidade populacional é de tão somente 45,9 habitantes por Km<sup>2</sup>, valor este embora próximo da realidade do Pinhal Interior Norte fica ainda abaixo deste e francamente aquém da densidade calculada para a Região Centro (72,3 habitantes por Km<sup>2</sup>).

Estes valores permitem-nos manter um grau de preocupação significativo porquanto se verifica no território o início de um processo de **desertificação humana**, que antevemos irreversível.

#### Quadro 2 - Densidade Populacional - Análise Comparativa face à Região Centro

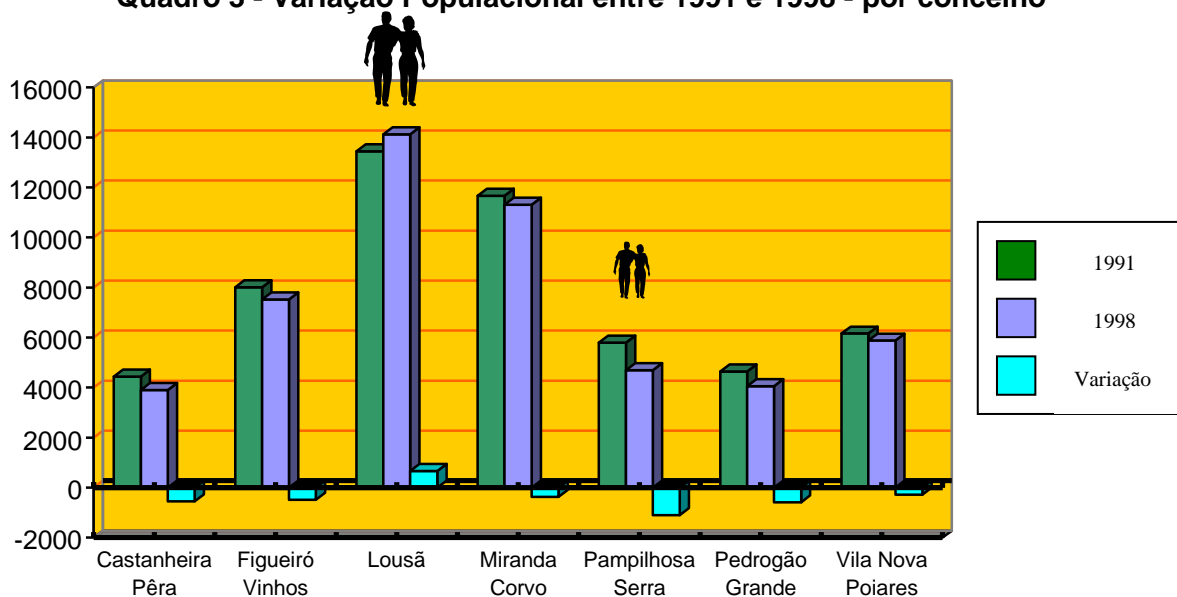


Fonte: CCRC- Comissão de Coordenação da Região Centro

#### Densidade Populacional Comparativa :1991-1998

	1991	1998
Zona de Intervenção ELOZ+	65,8	45,9
Pinhal Int. Norte	53	50,3
Região Centro	74,5	72,3
Continente	105,1	108,3

Quadro 3 - Variação Populacional entre 1991 e 1998 - por concelho



Concelho:	Valor Diferencial [População Residente 1998- População Residente 1991]
Castanheira de Pera	- 622
Figueiró dos Vinhos	- 542
Lousã	853
Miranda do Corvo	- 394
Pampilhosa da Serra	- 1287
Pedrogão Grande	- 663
Vila Nova de Poiares	- 331

Os quadros apresentados reforçam a ideia de que num período tão somente de 6 anos, se verificou uma perda significativa de população no conjunto dos sete concelhos, perda esta na ordem dos 6% (2.986 habitantes). Comparando este decréscimo populacional com o observado no período anterior de análise (1981-1991) e que se registou em sete pontos percentuais, conclui-se, uma vez mais que o fenómeno de desertificação humana tem tendência para aumentar. Os concelhos mais afectados acabam por ser os localizados mais no interior da região, por tal mais distantes dos pólos urbanos litorais [no caso da Zona de Intervenção da ELOZ, Coimbra e Leiria] e com acessibilidades mais débeis. O único concelho que cresceu foi o da Lousã, todos os restantes perderam população embora alguns centros urbanos tenham aumentado face à atracção local que exercem, como é o caso das vilas de Miranda do Corvo e de Figueiró dos Vinhos.

As séries cronológicas relativamente às Estimativas da População Residente para um período mais dilatado (1981-1998) reforçam ainda mais o fenómeno vivenciado no território<sup>3</sup>.

“(…) a par dos sistemas urbanos e dos eixos, a região (Centro) possui espaços que correm o risco de virem a ser marginalizados e excluídos das dinâmicas de transformação da região.(…) Trata-se, no essencial, dos espaços correspondentes à Zona do Pinhal Interior (…), espaços fracamente povoados(…)”.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Foram analisadas as SÉRIES CRONOLÓGICAS, Estimativas de População Residente, segundo o Sexo, em 30.VI e 31.XII por NUTS I,II,III e Concelhos.

<sup>4</sup> Confrontar com o PORC- Plano Operacional da Região Centro – 2000

### 2.2.2. Estrutura Etária da População Residente

A população em análise encontra-se dividida em quatro grupos etários, segundo os critérios estabelecidos pelo INE- Instituto Nacional de Estatística, concretamente:

- [0-14 anos] correspondente à população jovem;
- [15-24 anos] correspondente à população activa (jovem);
- [25-64 anos] correspondente à população activa (adulta/madura);
- [65 anos,...] correspondente à população idosa.

**Quadro 4 - Estimativas da População Residente segundo o Sexo e Grupos Etários, por concelho, em 31/12/1998**

CONCELHOS	0 - 14		15 - 24		25 - 64		65 e mais	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Portugal	1681540	861870	1528130	773890	5250770	2547550	1519010	621860
Região Centro	267710	137440	256540	130250	875600	426140	310480	128850
Pinhal Interior Norte	19520	10140	18640	9620	63560	31240	30040	12240
Castanheira de Pera	560	290	530	270	1870	900	860	350
Figueiró dos Vinhos	1050	550	1040	530	3570	1730	1810	730
Lousã	2060	1050	2150	1060	7390	3660	2700	1080
Miranda do Corvo	1760	930	1660	910	5840	2890	2020	810
Pampilhosa da Serra	530	270	600	330	1930	990	1450	560
Pedrógão Grande	510	280	450	230	1780	850	1240	500
Vila Nova de Poiares	1050	550	910	420	2830	1410	1040	390

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 1999.

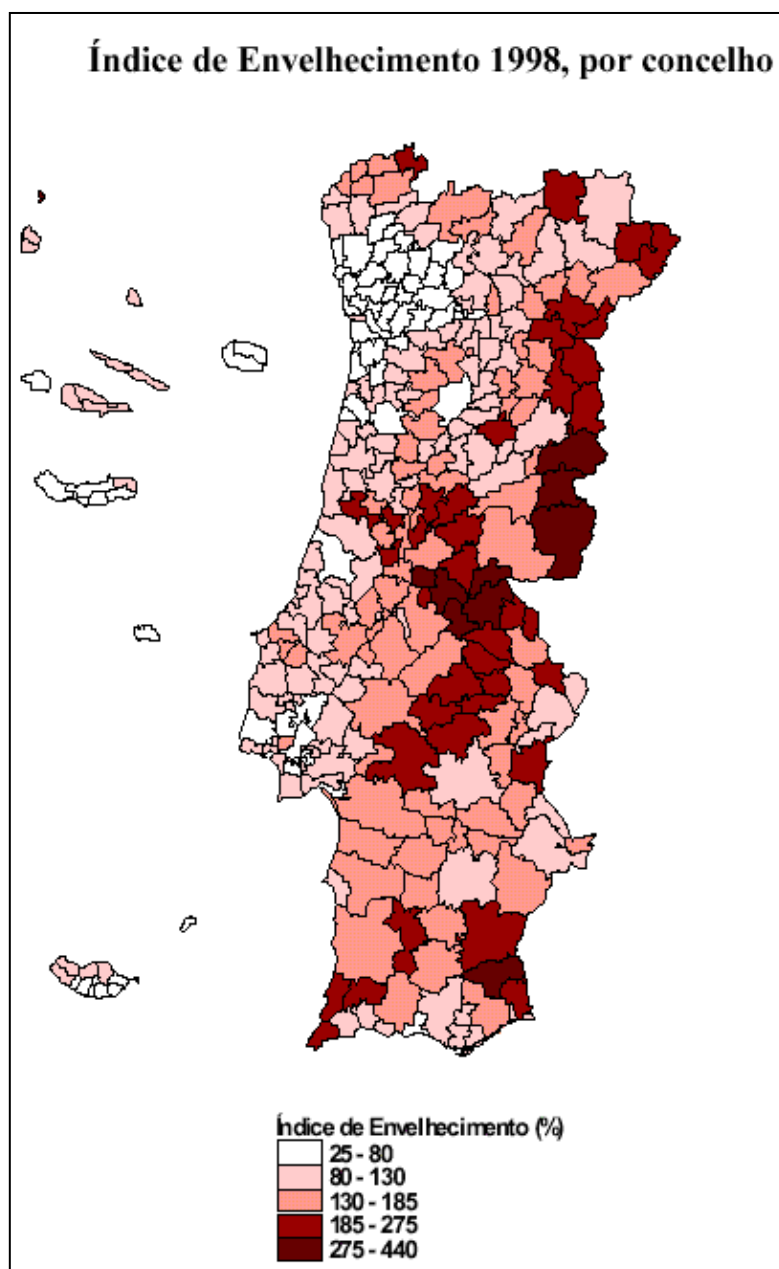
Referência: INE, Estimativas Provisórias da População Residente em 31/12/98.

A relação de dependência e o índice de envelhecimento traduzem a estrutura da população, sendo estes os indicadores -por reveladores da conjuntura actual e tendências demográficas futuras- que passaremos de seguida a analisar.

Em relação à ZI ELOZ surge a seguinte expressão face a este indicador:

- [0-14 anos] = 7520 habitantes ou seja 14,7% da população;
- [15-24 anos] = 7340 habitantes ou seja 14,3% da população;
- [25-64 anos] = 25210 habitantes ou seja 49,3% da população;
- [65 anos,...] = 11120 habitantes ou seja 21,7% da população.

Analisando os dados disponíveis face a esta divisão, verifica-se que a maior parte da população da Zona de Intervenção -36.330 habitantes- se encontra em termos etários no grupo da **população adulta** [25-... anos], ou seja **71% da população total**.



Fonte: CCRC- Comissão de Coordenação da Região Centro

**Quadro 5- Índices de dependência<sup>5</sup> - por concelho - 1998**

Concelho	Dependência Total	Dependência Jovens	Dependência Idosos
Castanheira de Pera	59,2	23,3	35,8
Figueiró dos Vinhos	62,0	22,8	39,3
Lousã	49,9	21,6	28,3
Miranda do Corvo	50,4	23,5	26,9
Pampilhosa da Serra	<b>78,3</b>	20,9	<b>57,3</b>
Pedrogão Grande	<b>78,5</b>	22,9	<b>55,6</b>
Vila Nova de Poiares	55,9	<b>28,1</b>	27,8

<sup>5</sup> Indicador da proporção entre a população dos indivíduos menores de 15 anos e/ou os indivíduos com 65 ou mais anos relativamente aos indivíduos com idade entre 15 e 64 anos, expresso em termos percentuais.

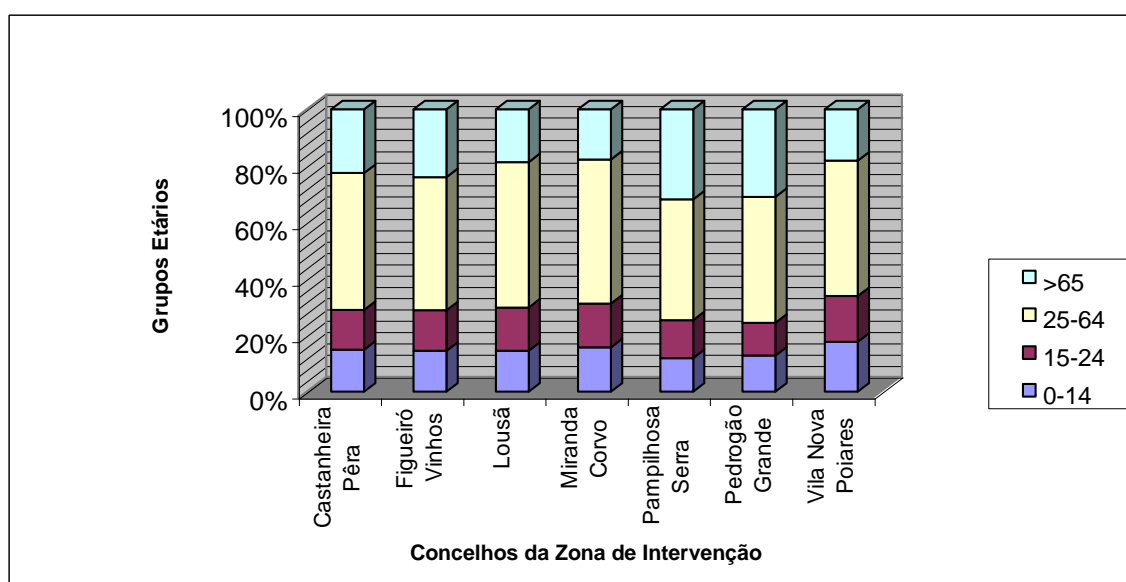
Calculando a **Taxa de Dependência Total** verifica-se que esta atinge **57,3%**, facto que justifica a afirmação de que as faixas etárias intermédias -as quais constituem a grosso modo a População Activa- suportam uma elevada e por tal preocupante percentagem de população que se encontra inactiva e por tal dependente (crianças, jovens e idosos).

Se situarmos esta Taxa comparativamente com os valores para Portugal e para a Região Centro, os números são por si explícitos:

- Portugal: 47,3%
- Região Centro: 51,3%

Face a um panorama pouco favorável em termos demográficos para a Zona de Intervenção, e na sequência do apresentado anteriormente, afigura-se útil observar a estrutura etária da população através de outro tipo de representação gráfica.

**Quadro 6 - Estrutura Etária da População- por concelho - 1998**



Verificamos que os dois concelhos mais envelhecidos são, por ordem decrescente, os concelhos de Pampilhosa da Serra e de Pedrogão Grande, constituindo igualmente este último o concelho com o menor número de habitantes com idade inferior a 15 anos. Em contraposição o concelho de Vila Nova de Poiares é o que apresenta e relativamente à População Total o maior número de crianças e jovens.

Existe uma tendência generalizada para o envelhecimento da população.

Esta afirmação justifica-se através do cálculo do Índice de Envelhecimento o qual se situa em 148%. Este indicador expressa a razão entre a população com idade igual ou superior a 65 anos (idosos) e a população menor de 15 anos (crianças e jovens), expressa em termos percentuais.

Outro indicador que vem fortalecer esta exposição é a análise comparativa entre os números de nascimentos e óbitos ocorridos em 1998, por concelho, na qual se verifica

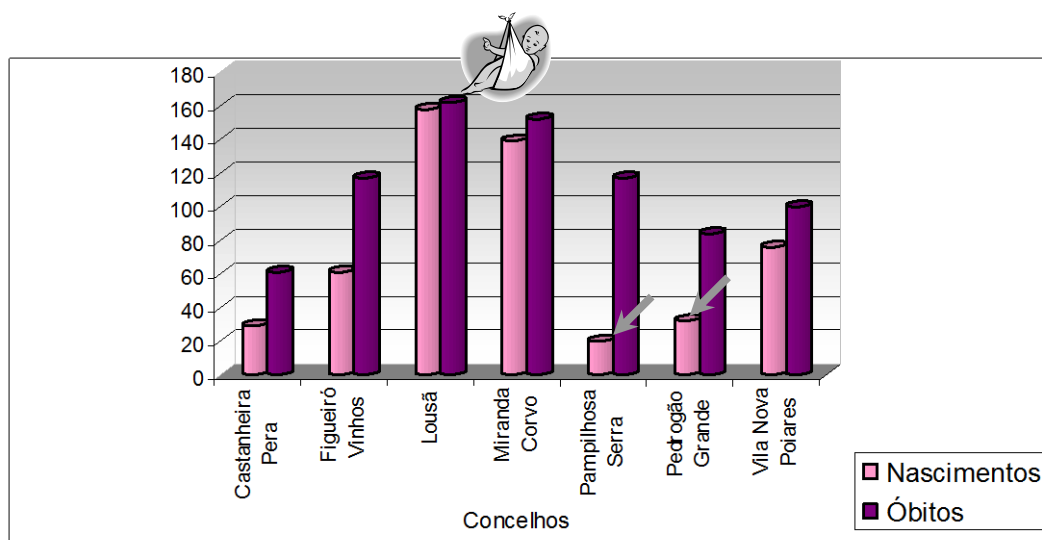
que se registaram na Zona de Intervenção 521 novos indivíduos contra o registo de praticamente o dobro de óbitos (829 falecimentos).

**Quadro 7- Análise Comparativa entre o número de Nascimentos e Óbitos, por concelho, em 1998**

NUTS/ CONCELHOS	Nados-vivos		Óbitos	
	Total	H	Total	H
	Nº.			
<b>Portugal</b>	113384	58530	106198	55647
<b>Região Centro</b>	17234	8836	20686	10760
<b>Pinhal Interior Norte</b>	1269	661	2073	1066
Castanheira Pera	29	16	61	27
Figueiró Vinhos	61	29	117	68
Lousã	158	87	162	84
Miranda Corvo	139	70	152	84
Pampilhosa Serra	20	10	117	55
Pedrogão Grande	32	19	84	45
Vila Nova Poiares	76	40	100	47

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 1999.

Referência: INE, Estatísticas Demográficas, 1998.



Apenas nos concelhos da Lousã e Miranda estes valores foram equilibrados. Nos restantes concelhos, com especial incidência para a Pampilhosa da Serra e Pedrogão Grande, os indivíduos que faleceram em contraposição aos que nasceram foram, no primeiro caso, quase seis vezes mais e no segundo praticamente o triplo.

## CAIXA DE LEITURA

**- TENDÊNCIAS MUNDIAL E NACIONAL -**

Dados recentes da ONU, informam-nos que nos próximos 50 anos a população mundial vai diminuir de 100 milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, envelhecer, face ao decréscimo da natalidade nos países desenvolvidos e ao aumento da esperança de vida. Em Portugal supõe-se que o universo dos idosos andarà perto de dois milhões, ocupando assim um lugar muito especial na composição demográfica do nosso País.

Da leitura de estudos feitos pelo Instituto de Desenvolvimento Social e por ele publicados em Março de 1999, abrangendo dados estatísticos de 1991 a 1997 e tendo em conta o Censos/91 e as estimativas para 1997, podemos verificar que:

- No nosso País, as pessoas com 65 ou mais anos, no ano de 1997 eram 1.500.810 e representavam 15,1% em relação ao total da população, havendo apenas 7 distritos que se situavam abaixo deste número e todos os restantes acima.
- Em 7 anos, no período entre 1991 e 1997, o número daquelas pessoas aumentou em cerca de 159.000.
- No mesmo período, o número de pessoas com 85 ou mais anos cresceu mais de 14.000.
- Naquele intervalo de tempo, o índice de envelhecimento subiu 17,1% (de 71,4% para 88,5%).
- De acordo com o Censos/91, mais de 241.000 idosos viviam sós, ou seja, cerca de 2,5% da população portuguesa. Só no distrito de Lisboa viviam sós cerca de 52.780, o que representa 2,6% do total da população do distrito. No País esta percentagem é de 2,4%.
- Mais de 30% das famílias portuguesas tinham pessoas com 65 ou mais anos; havia concelhos onde aquela percentagem subia para os 50%.

Fonte: Infoline – Textos Actuais

## 2.2.3 População Residente segundo o Sexo

Verifica-se que a tendência em todos os concelhos é para a existência de um número superior de indivíduos do sexo masculino nas faixas etárias mais jovens e uma inversão desta tendência nos grupos com idades superiores a 25 anos.

Quadro 8- População Residente segundo o Sexo e Grupos Etários, por concelho, em 1998

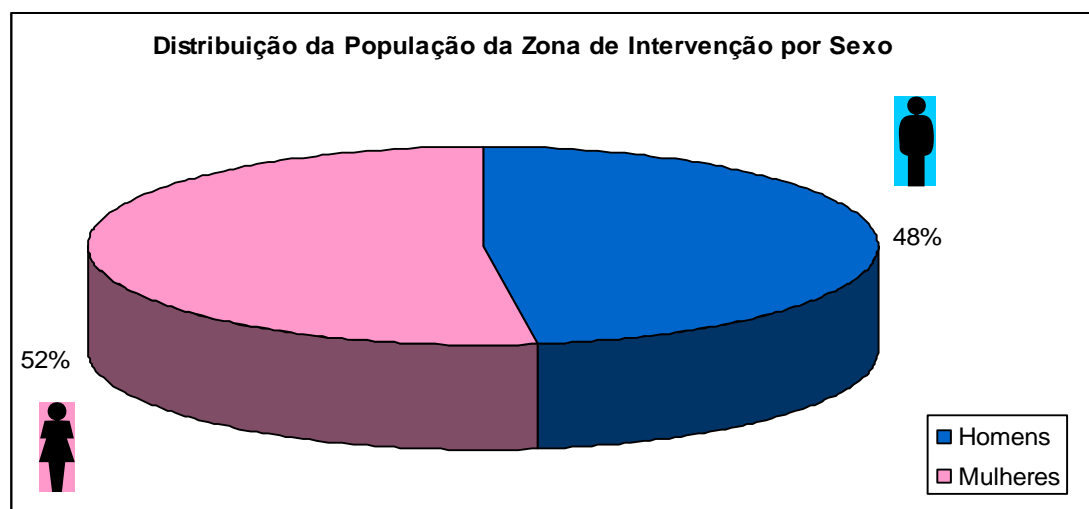
FAIXAS ETÁRIAS	0 - 14		15 - 24		25 - 64		65 e mais	
	M	H	M	H	M	H	M	H
<b>CONCELHOS</b>								
Castanheira de Pera	270	290	260	270	970	900	510	350
Figueiró dos Vinhos	500	550	510	530	1840	1730	1080	730
Lousã	1010	1050	1090	1060	3730	3660	1620	1080
Miranda do Corvo	830	930	750	910	2950	2890	1210	810
Pampilhosa da Serra	260	270	270	330	940	990	890	560
Pedrogão Grande	230	280	220	230	930	850	740	500
Vila Nova de Poiares	500	550	490	420	1420	1410	650	390

CONCELHOS	SEXO			
	Feminino	Masculino	TOTAL	
Castanheira de Pera		2010	1810	3820
Figueiró dos Vinhos		3930	3540	7470
Lousã		7450	6850	14300
Miranda do Corvo		5740	5540	11280
Pampilhosa da Serra		2360	2150	4510
Pedrogão Grande		2120	1860	3980
Vila Nova de Poiares		3060	2770	5830
<b>TOTAL</b>		<b>26670</b>	<b>24520</b>	<b>51190</b>

Na generalidade a população, em termos de número de indivíduos do sexo masculino e feminino, encontra-se equilibrada constituindo as mulheres 52,1% da população total [Relação de Feminilidade].

Quadro 9 - Distribuição da População por Sexo



### 2.2.4- População Activa

Para medir este indicador recorreremos a dados estatísticos de 1991, uma vez que estes ainda não se encontram disponíveis aferidos ao recente Recenseamento Geral da População [Census 2001].

Estes dados enfatizam toda a problemática demográfica vivida na Zona de Intervenção e que condicionam o seu desenvolvimento, na generalidade. A realidade –decerto agravada com o decréscimo populacional verificado desde 1991 a esta data- é que apenas cerca de 36% da população se inclui no conjunto dos indivíduos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços no território e que por tal integram o circuito económico local<sup>6</sup>. Este valor decresce para 34,5% se apurarmos apenas a parte da população que se encontra efectivamente empregada.

Estes indicadores apenas vêm consubstanciar o índice de dependência da região e atrás referenciado.

**Quadro 10- População Activa, por concelho, em 1991**

<b>Concelho</b>	<b>População Activa</b>	<b>População Empregada</b>	<b>Taxa de Desemprego</b>
Castanheira de Pera	1700	1546	9
Figueiró dos Vinhos	2800	2650	5,4
Lousã	5400	4992	7,6
Miranda do Corvo	4600	4469	2,8
Pampilhosa da Serra	1500	1470	0,02
Pedrógão Grande	1400	1361	2,8
Vila Nova de Poiares	2300	2251	2,1
<b>Total</b>	<b>19.700</b>	<b>18.739</b>	<b>4,9</b>

Quanto ao número de desempregados verificamos que estes constituem 1,8% da população total da Zona de Intervenção, sendo a Taxa de Desemprego de aproximadamente 5%. Esta situação poderá ser mais grave se considerarmos que os números indicados apenas referenciam os indivíduos efectivamente inscritos nos Centros de Emprego locais, o que poderá justificar as percentagens mais elevadas verificadas nos concelho que acolhem estes mesmos Centros.

O concelho de Castanheira de Pera surge com a Taxa de Desemprego mais elevada fruto da grave crise vivida no sector têxtil, tradicional naquele concelho.

<sup>6</sup> Consideram-se, para o cálculo deste indicador –Taxa Bruta de Actividade- toda a população empregada e desempregada [à procura de 1.º. ou novo emprego], compreendendo todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos .

## 2.2.5. Actividades económicas: A agricultura e a floresta

Como se pode verificar pelo seguinte quadro, aproximadamente 87% da Zona de Intervenção é constituída por solos agrícolas, essencialmente florestais (estes cerca de 73% do território).

Trata-se por tal de uma região predominantemente florestal, situação à qual não são alheias as suas características geo-morfológicas, caracterizadas por grandes áreas predominantemente de montanha e por tal com uma orografia acidentada.

Os vales e planaltos –em menor quantidade- são aproveitados essencialmente para o povoamento populacional e empresarial e pequenas áreas agrícolas associadas às residências dos produtores (hortas familiares). Estas hortas familiares são utilizadas para produção principalmente de hortícolas para auto-consumo ou eventualmente os pequenos excedentes para abastecimento dos mercados locais.

**Quadro 11- Áreas: Agrícola, Florestal, Urbana e para Outros Usos, por concelho**

Unidade Territorial	Área Agrícola (%)	Área Florestal (%)	Área para Outros Usos (%)	Área Urbana (%)
Castanheira de Pera	8	75	15	2
Figueiró dos Vinhos	10.5	83.2	2.3	4
Lousã	12.4	74.7	0	12.9
Miranda do Corvo	19.7	47.2		33.1
Pampilhosa da Serra	5	92	2	1
Pedrogão Grande	27.9	67.9	2.9	1.4
Vila Nova de Poiares	15.6	68.3		16.1
<b>Zona de Intervenção</b>	<b>14,1</b>	<b>72,6</b>	<b>3,2</b>	<b>10,1</b>
	<b>86,7</b>			

Fonte: INE Recenseamento Geral da Agricultura 1999

As explorações agrícolas existentes têm uma SAU- Superfície Agrícola Utilizada média de pouco mais de 01 hectare (mais precisamente 1,41 ha). Verifica-se que a dimensão das explorações existentes no território fica muito aquém quando em comparação com o valor médio calculado para a Região Centro e Portugal continental.

**Quadro 12- Nº. Explorações Agrícolas, por concelho**

Concelho/Região/País	Nº. Explorações Agrícolas	Área Total (Ha)	SAU por exploração (Ha)
Castanheira de Pera	68	376	1,27
Figueiró dos Vinhos	500	2634	1,36
Lousã	301	1279	1,92
Miranda do Corvo	823	2325	1,21
Pampilhosa da Serra	350	1834	1,08
Pedrogão Grande	440	2615	1,4
Vila Nova de Poiares	299	1427	1,61
<b>Total Zona de Intervenção</b>	<b>2781</b>	<b>12490</b>	<b>1,41</b>
Região Centro	128119	935173	4,6
Portugal Continental	415969	5188938	9,29

Fonte: INE Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Quanto à população empregada na agricultura, os indicadores existentes e que se reportam ao Recenseamento Geral da População de 1991, remetem-nos para valores que rondam os 12,4% da totalidade da população empregada, ou seja, 2.314 indivíduos trabalham no sector agrícola.

A significativa expressão da área florestal faz-nos crer que muitos indivíduos empregados no sector primário têm profissões directamente associadas à gestão da floresta, embora os valores apresentados não efectuem essa distinção.

### 2.2.6. Actividades económicas: A Indústria

Pela análise do número de empresas ao nível das indústrias transformadoras, com sede nos concelhos que integram o território<sup>7</sup>, é possível identificarmos com alguma precisão, o número e tipo de empresas existentes:

Assim, verifica-se que existem 581 empresas sediadas na região, sendo os 4 principais sectores de actividade, por ordem decrescente:

- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco – 127 empresas (22%)
- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos – 117 empresas (20%)
- Indústrias na área têxtil – 110 empresas (19%)
- Indústrias de madeira e de cortiça e suas obras – 86 empresas (15%)

Estas indústrias formam a rede principal do tecido empresarial da Zona de Intervenção, constituindo cerca de 76% da mesma.

As restantes empresas distribuem-se, com maior ou menor expressão concelhia, pelos sectores da transformação do couro, pasta de papel e papel (incluindo edição e impressão), produtos químicos e petrolíferos, borracha, máquinas e equipamentos, etc.

Os concelhos com maior número de empresas sediadas, Lousã e Miranda do Corvo, respectivamente com 145 e 129, coincidem com os que detêm um maior número de residentes e, simultaneamente, os que sofrem em menor grau com os problemas associados às acessibilidades e interioridade. Em contrapartida o concelho de Pampilhosa da Serra é mais uma vez o que apresenta valores mais negativos, estando sediados no mesmo apenas 28 das empresas identificadas (cerca de 5% da totalidade das empresas).

Apenas 2,9% das empresas da Região Centro se localizam nesta Zona de Intervenção.

---

<sup>7</sup> Fonte: Número de Empresas com sede da Região Centro em 31/12/1998 – Indústria Transformadora - Anuário Estatístico da Região Centro, 1999

## 2.2.7. Poder de compra concelho:

O Indicador per Capita (IpC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado em cada concelho com o poder de compra médio do país e a que foi atribuído o valor de 100 (100= padrão nacional).

Este índice encontra-se directamente associado à população existente em cada concelho, facto que justifica valores com menor expressão em concelhos interiores e menos populosos. Tal situação verifica-se na Zona de Intervenção com maior ênfase nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrogão Grande e Pampilhosa da Serra. O Indicador de Poder de Compra revela-se na Zona de Intervenção com uma expressão muito abaixo da média para a Região Centro (15,9 pontos percentuais).

**Quadro 13- Nº. Indicador Per Capita do Poder de Compra Concelhio**

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>INDICADOR per Capita</b>
Vila Nova de Poiares	72,9192
Lousã	71,9928
Miranda do Corvo	59,0450
Pampilhosa da Serra	57,1373
Pedrogão Grande	54,4751
Castanheira de Pêra	50,7959
Figueiró dos Vinhos	48,9653
<b>Média da Zona de Intervenção</b>	<b>61,6323</b>
<b>Região Centro</b>	<b>77,53</b>
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>58,84</b>

A Percentagem do Poder de Compra (PPC) é um indicador, inferido do Indicador Per Capita de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho no total do país, que toma o valor 100. Para este indicador mantém-se a mesma expressão/apresentação em termos geográficos, uma vez que este apresenta a distribuição do poder de compra pela região mas e concomitantemente a sua distribuição populacional.

**Quadro 14- Nº. Percentagem do Poder de Compra, por concelho**

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>% DE PODER DE COMPRA</b>
Lousã	0,1032
Miranda do Corvo	0,0667
Vila Nova de Poiares	0,0426
Figueiró dos Vinhos	0,0367
Pampilhosa da Serra	0,0258
Pedrogão Grande	0,0217
Castanheira de Pêra	0,0194
<b>Zona de Intervenção</b>	<b>0,3161</b>
<b>Região Centro</b>	<b>13,29</b>

Fonte: Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, INE, nº. 4, 2000 (aferidos a 1998)

## **2.3 Análise participativa da comunidade residente**

### 2.3.1. Justificação para aplicação do 'Inquérito à Comunidade'

Visando a participação da sociedade civil na construção de um Plano de Desenvolvimento para a sua própria região e do qual será a principal interlocutora e beneficiária, a Dueceira/LEADER-ELOZ utilizou um instrumento para promoção do direito e dever de cidadania da sua população, que resultou na aplicação de um Inquérito à Comunidade residente na sua Zona de Intervenção.

Na verdade, não se tem dado a devida atenção a um processo ainda molecular de tomada de consciência e de organização da sociedade civil que pode abrir o caminho para uma nova relação desta com o seu meio rural<sup>8</sup>.

Este Inquérito à Comunidade teve como principais **objectivos**:

- *A **avaliação participada** através de uma abordagem simples e directa - Inquirição geral da população- visando extrair conclusões gerais que permitam completar com maior qualidade e precisão a caracterização sócio-económica do território.*
- *A **avaliação da imagem e eficácia da ADL**: Consciencialização e tranquilidade perante as práticas exercidas e o seu ajustamento ao território.*
- *A **percepção dos estrangulamentos locais**, visando a sensibilização das entidades competentes com a consequente **adequação dos processos** de desenvolvimento às dinâmicas locais.*
- *A **divulgação** da Iniciativa Comunitária LEADER II.*
- *A **interiorização de uma identidade regional** associada ao território do Programa LEADER/ELOZ. Entre LOusã e Zêzere.*
- *A elaboração de um estudo analítico sobre uma região precisa, que se constitua como fonte/instrumento de trabalho para todas as entidades que agem no território (documento actualizado de compilação da realidade local).*

Foram editados e distribuídos **25.050 exemplares**, perspectivando a sua entrega na totalidade de domicílios da Zona de Intervenção [segundo informação facultada pelos CTT - Correios de Portugal], e visando uma população total de **51.190 habitantes**, valor correspondente aos dados fornecidos pelo INE- Instituto Nacional de Estatística no Anuário Estatístico da Região Centro de 1999, aferidas ao Census de 1991.

Cada questão/parâmetro formulado neste questionário permitiu definir um determinado conjunto de variáveis que possibilitaram uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, nomeadamente:

---

<sup>8</sup> A este processo de enriquecimento, -uma outra vertente do pensamento social contemporâneo muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento- designa-se, com base nos trabalhos de Robert Putnam (1993/1996:177), de capital social, que diz respeito a "...características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas". Ricardo Abramovay, "O CAPITAL SOCIAL DOS TERRITÓRIOS:REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL".

Questão	Parâmetros	Variáveis	Indicadores
1.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sexo dos Inquiridos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Feminino</li> <li>Masculino</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Peso percentual de homens e mulheres na população observada</li> <li>Interesse manifestado por sexo</li> <li>Apetência para a crítica</li> </ul>
1.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão do Agregado Familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de elementos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensão das famílias</li> <li>Abrangência indirecta do inquérito</li> </ul>
1.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idade dos Inquiridos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entre [0-14 anos]</li> <li>Entre [15-24 anos]</li> <li>Entre [25-64 anos]</li> <li>65 e mais anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idade média da população</li> <li>Número de inquéritos por faixa etária</li> <li>Identificação do tipo de população (jovem / adulta / envelhecida)</li> </ul>
1.5.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de Inquéritos por Freguesia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>34 freguesias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacidade de crítica e predominância / não predominância de respostas nas sedes de concelho</li> <li>Dificuldade/facilidade de retorno/devolução dos inquéritos</li> </ul>
1.5.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de Inquéritos por concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>07 concelhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação da população, por concelho, com maior capacidade de intervenção/ crítica</li> </ul>
1.6	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de instrução dos inquiridos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não sabe ler nem escrever</li> <li>Sabe ler e escrever</li> <li>Ensino Primário</li> <li>Ensino Preparatório</li> <li>Ensino Secundário</li> <li>Ensino Superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População analfabeta / alfabetizada</li> <li>Tipo de instrução adquirida</li> </ul>
1.7	<ul style="list-style-type: none"> <li>Profissão dos inquiridos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questão aberta (definição posterior de profissões-tipo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas profissionais com impacto local</li> <li>Identificação do tipo de população: (activa / inactiva), (empreendedora / passiva), (com / sem perspectivas laborais).</li> </ul>
2.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identidade com o Território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Natureza</li> <li>A História</li> <li>A Economia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição da identidade do território relativamente a eixos característicos e/ou estruturantes</li> </ul>
2.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imagem do Território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ muito valorizada</li> <li>▪ medianamente valorizada</li> <li>▪ pouco valorizada</li> <li>▪ nada valorizada</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eficácia das acções promovidas para valorização da imagem do território</li> </ul>

Questão	Parâmetros	Variáveis	Indicadores
2.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução do território num universo temporal de 10 anos (entre 1990 e 2000) relativamente aos seguintes aspectos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade de vida</li> <li>• Economia local</li> <li>• Património e recursos naturais</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extremamente favorável, com mudanças muito positivas</li> <li>• Favorável com algumas mudanças positivas</li> <li>• Situação intermédia</li> <li>• Desfavorável com mudanças lentas e pouco eficazes</li> <li>• Desfavorável com mudanças extremamente negativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção face ao universo temporal considerado das mudanças ocorridas no território</li> <li>• Identificação da situação vivenciada no território anteriormente à intervenção LEADER.</li> <li>• Identificação das potencialidades locais e do impacto dos processos de desenvolvimento</li> <li>• Identificação precisa dos focos locais de estrangulamento e da dificuldade de implantação dos processos de desenvolvimento.</li> </ul>
3.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento de Entidades que agem sobre o território [Leader II]</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dueceira</li> <li>• Pinhais do Zêzere</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do impacto da imagem e actividade da ADL</li> </ul>
3.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento das Iniciativas Comunitárias /instrumentos financeiros disponíveis localmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativa Comunitária LEADER II</li> <li>• Programa Leader/ELOZ. Entre LOusã e Zêzere</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do impacto da Iniciativa Comunitária LEADER II no território</li> </ul>
3.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação das ideias às acções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• descritivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do impacto da imagem e actividade da ADL</li> <li>• Avaliação do impacto da Iniciativa Comunitária LEADER II no território</li> </ul>
3.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação das ideias às acções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• descritivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do impacto da imagem e actividade da ADL</li> <li>• Avaliação do impacto da Iniciativa Comunitária LEADER II no território</li> </ul>
3.5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento da realidade LEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece promotores ou projectos aprovados Leader II</li> <li>• Não conhece promotores ou projectos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impacto dos projectos Leader aprovados</li> </ul>
3.6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento da realidade LEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• descritivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise qualitativa da questão</li> <li>• Identificação de acções e iniciativas</li> <li>• Impacto dos projectos Leader aprovados</li> <li>• Críticas apresentadas à sua aprovação/execução</li> </ul>

Questão	Parâmetros	Variáveis	Indicadores
4.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ideias ou Projectos e sua descrição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sim- tem ideias para eventual implantação local</li> <li>Não tem ideias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número e tipo de ideias apresentadas e sua exequibilidade</li> </ul>
4.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área em que se inserem as Ideias ou Projectos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pecuária</li> <li>Agricultura</li> <li>Floresta</li> <li>Caça e Pesca</li> <li>Artesanato</li> <li>Turismo Rural</li> <li>Recreação e Tempos Livres</li> <li>Cultura e Tradições</li> <li>Meio Ambiente</li> <li>PME</li> <li>Outras áreas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação das áreas de intervenção /investimento com maior incidência com conseqüente adequação da estratégia de desenvolvimento às perspectivas da população</li> </ul>
4.3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descrição da Ideia</li> </ul>	(descritivo)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise qualitativa da questão</li> </ul>

Pela importância do processo facultamos, de seguida, os principais resultados obtidos – em termos globais – da análise da amostra recolhida e que fundamentam toda a estratégia preconizada no PDL- Plano de Desenvolvimento Local.

## 2.3.2. O universo e a amostra:

<b>Universo do Inquérito e Amostra recolhida</b>	
1. Número de Inquéritos Distribuídos	<b>25 050</b>
2. População Abrangida (Estimativas 1998)	<b>51 190</b>
3. Total de Inquéritos Devolvidos	<b>447</b>
4. Amostragem	<b>435</b>
5. Número de Inquéritos Anulados	<b>12</b>

Face ao total de inquéritos distribuídos e que visaram alcançar a totalidade da população residente na Zona de Intervenção foi considerada como amostra a totalidade dos inquéritos devolvidos, ou seja, 435 questionários que constituem 1,74% do universo<sup>9</sup>.

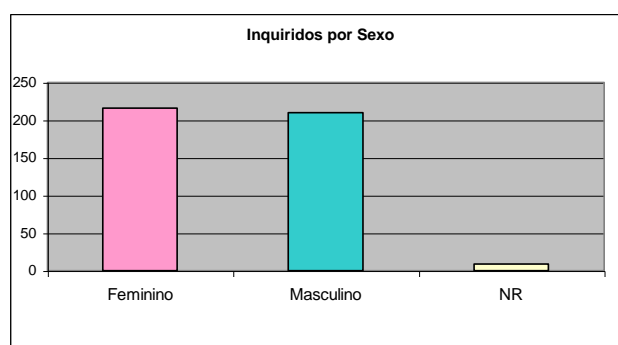
<sup>9</sup> Se considerarmos o universo de abrangência do Inquérito face ao número total de habitantes da Zona de Intervenção esta percentagem baixa para 0,85%.

### 2.3.3. Caracterização da população inquirida

Partindo da análise da amostra é possível a caracterização da população inquirida e a formulação de diversas conclusões.

Relativamente ao peso percentual de homens e de mulheres, a população que compõe a amostra é bastante equilibrada, apresentando valores muito próximos, ou seja, 49,7% das respostas pertenceram ao sexo feminino e 48,2% ao sexo masculino.

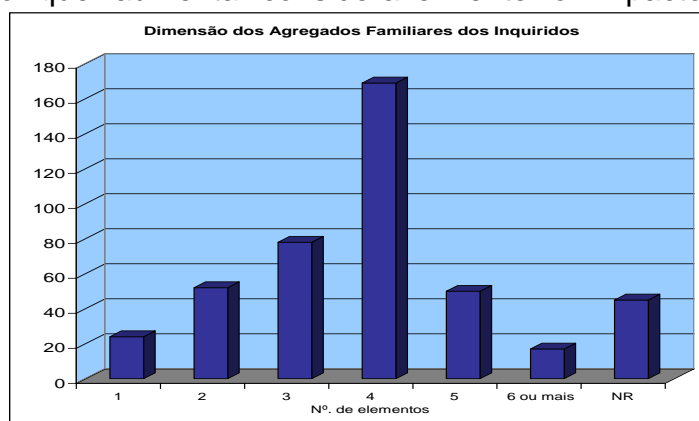
Este indicador permite-nos comparar os resultados (face aos obtidos na Inquirição realizada em 1996<sup>10</sup>) e observar que as mulheres, gradualmente, vêm adquirindo maior expressão e capacidade para exercício de cidadania.



Quanto à dimensão dos agregados familiares, podemos verificar que as famílias com maior representatividade nesta amostra, são as compostas por quatro elementos (38,9%), seguidas -a uma considerável distância percentual- das famílias que integram três elementos (17,9%). Numa época em que a tendência global é a existência de novos formatos familiares e com dimensões cada vez mais reduzidas, ainda é uma realidade local a existência de famílias de média dimensão.

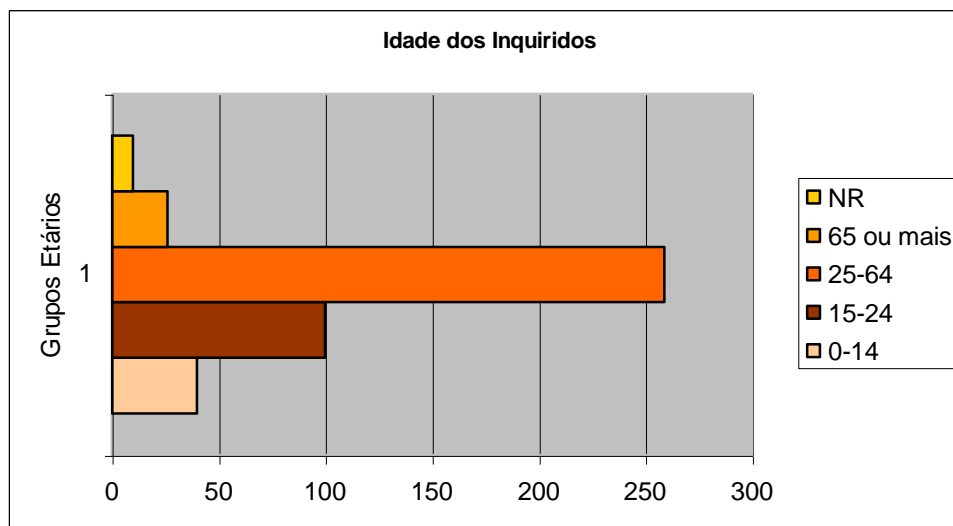
Tendo em conta que a cada inquérito devolvido corresponderá a expressão do agregado familiar do inquirido, concluir-se-á que os resultados obtidos não representam tão somente a opinião do indivíduo mas reflectem, igualmente, a opinião e influência do seu próprio agregado familiar.

Neste contexto, este estudo poderá ter uma abrangência indirecta de aproximadamente 1400 pessoas, o que aumenta consideravelmente o impacto do mesmo junto da comunidade.



<sup>10</sup> Confrontar com Inquérito à Comunidade – Resultados Finais; Dueceira/LEADER-ELOZ; Setembro de 1996

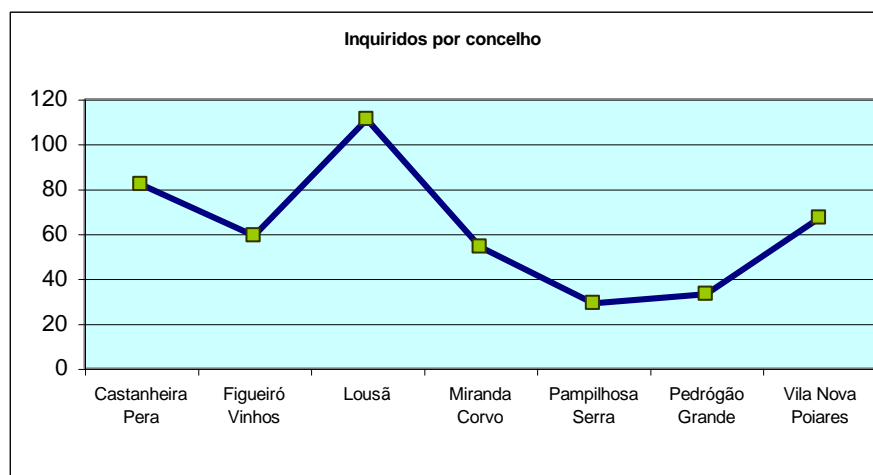
Em relação à composição etária da amostra poder-se-á verificar no quadro seguinte que estamos perante uma população preponderantemente adulta em idade activa, pois o grupo etário com maior expressão é o que integra indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos e que constituem aproximadamente 60% da amostra.



A população jovem (indivíduos com idades compreendidas até aos 24 anos) representa apenas 32,2%, ou seja, aproximadamente metade da população adulta (indivíduos com mais de 25 anos de idade) cuja representação ronda os 66%.

Estes valores apenas vêm confirmar e enfatizar a situação vivenciada na Zona de Intervenção e que os indicadores demográficos do último Censo revelam. A pirâmide etária da região traduz-se gradualmente numa população adulta com tendência para o envelhecimento e desertificação do interior rural.

No que diz respeito à adesão de inquiridos por freguesia, adesão essa que se traduz no retorno/devolução dos inquéritos, é de realçar que predominaram -em todos os casos- respostas advindas das sedes dos concelhos. Quanto à expressão por concelho de inquiridos, verificamos que os mais participativos foram os residentes nos concelhos da Lousã e de Castanheira de Pêra, com 25,5% e 18,8% respectivamente. Os que se revelaram menos participativos foram os residentes de Pampilhosa da Serra com apenas 6,7%, seguidos de Pedrogão Grande com 7,6%.



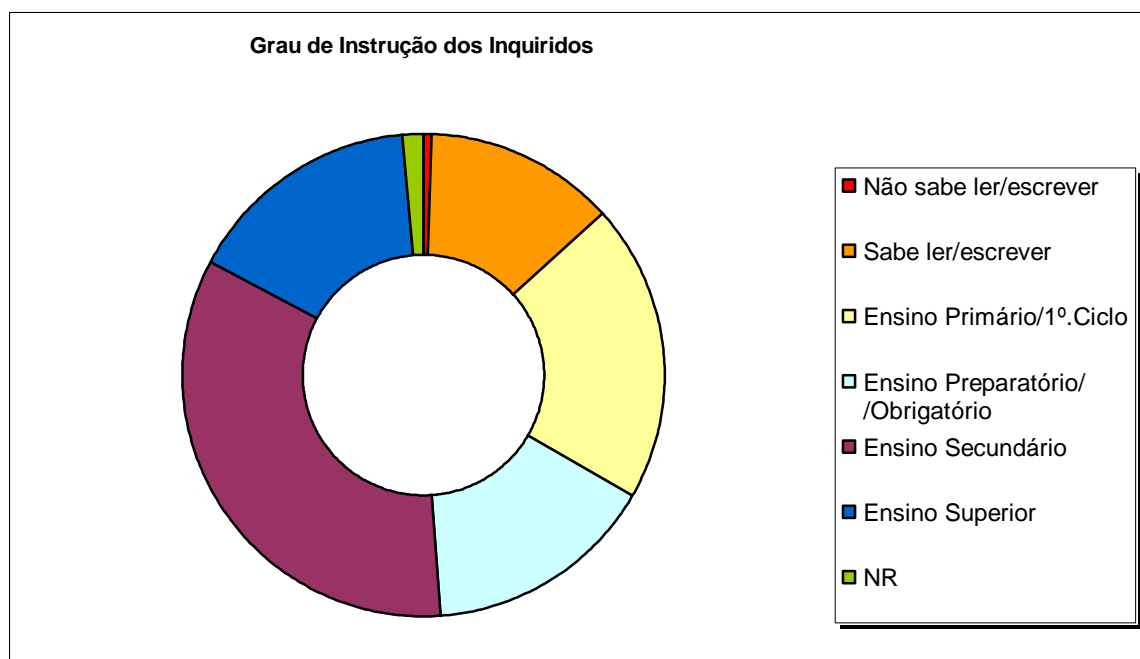
Em relação ao Grau de Instrução da amostra pudemos constatar que a maior parte dos indivíduos (65,3%) possui pelo menos a escolaridade mínima obrigatória, cerca de 34% frequenta ou frequentou o ensino secundário e 16% o ensino superior.

Há no entanto um número significativo de inquiridos que apenas possui como habilitação o ensino primário (20%) e mais de 13% não completou o ensino básico.

Encontram-se abaixo do nível de escolaridade mínima obrigatória cerca de 33% da população (este valor decerto será superior uma vez que dentro dos inquiridos que frequentam ou frequentaram o ensino preparatório ou obrigatório não temos dados que nos permitam concluir quantos concluíram uma e outra fase).

Em contraposição cerca de 50% dos inquiridos têm habilitações superiores à escolaridade mínima obrigatória.

De certo modo podemos concluir que apesar de grande percentagem dos inquiridos possuir habilitações acima das obrigatórias por lei -o que justifica um certo esclarecimento para fornecer uma resposta ao inquérito e capacidade efectiva para exercício de cidadania- ainda não se trata de uma população completamente alfabetizada, uma vez que um terço da mesma possui total ou parcialmente o ensino escolar básico.

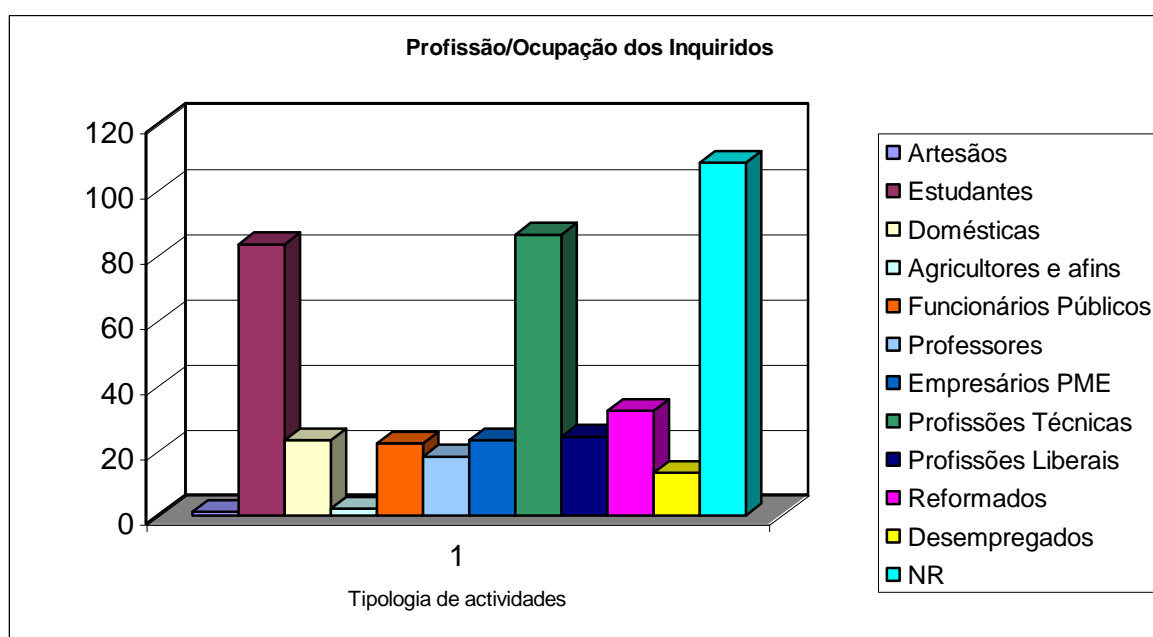


No que diz respeito ao tipo de Profissão/Ocupação dos inquiridos verificou-se que a maioria (24,8%) não respondeu a esta questão. Não obstante, observou-se uma grande diversidade de profissões/ocupações, tendo sido possível pela análise efectuada definir a seguinte tipologia:

- Artesãos
- Estudantes
- Doméstica
- Agricultores/Similares

Funcionários Públicos  
 Professores  
 Empresários de PME  
 Profissões Tecnológicas (Quadros Médios)  
 Profissões Liberais (Quadros Superiores)  
 Reformados  
 Desempregados

O maior número de respostas obtidas foram provenientes de estudantes e de indivíduos com profissões técnicas, respectivamente 19,1% e 19,8%.



Constata-se que cerca de 35% dos indivíduos que compõem a amostra constituem população inactiva, concretamente: Reformados- 7,4%; Desempregados- 3%; Estudantes - 19,1%; e Domésticas - 5,3%.

**EM SÚMULA, A TIPOLOGIA DA POPULAÇÃO INQUIRIDA CARACTERIZOU-SE POR SER EQUILIBRADA NO QUE RESPEITA À REPRESENTAÇÃO DE AMBOS OS SEXOS, EMBORA COMPOSTA LIGEIRAMENTE POR MAIS MULHERES. MAIORITARIAMENTE A AMOSTRA INTEGROU ADULTOS EM IDADE ACTIVA, OU SEJA, INDIVÍDUOS COM IDADES COMPREENDIDAS ENTRE OS 25 E OS 64 ANOS.**

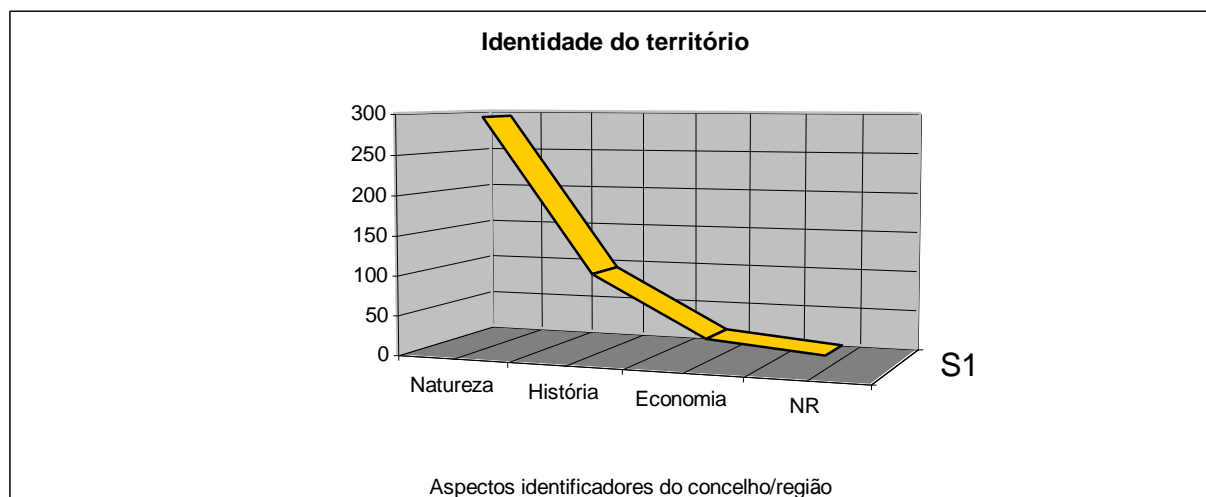
**GRANDE PARTE DOS INQUIRIDOS ERAM PROVENIENTES DE FAMÍLIAS COM QUATRO ELEMENTOS E MAIS DE METADE AFIRMOU FREQUENTAR OU TER FREQUENTADO O ENSINO SECUNDÁRIO, TRABALHANDO PRINCIPALMENTE EM PROFISSÕES TECNOLÓGICAS.**

**O MAIOR NÚMERO DE RESPOSTAS EMANOU SEMPRE DAS SEDES DOS CONCELHOS, E DESTES, O MAIS PARTICIPATIVO FOI O CONCELHO DA LOUSÃ.**

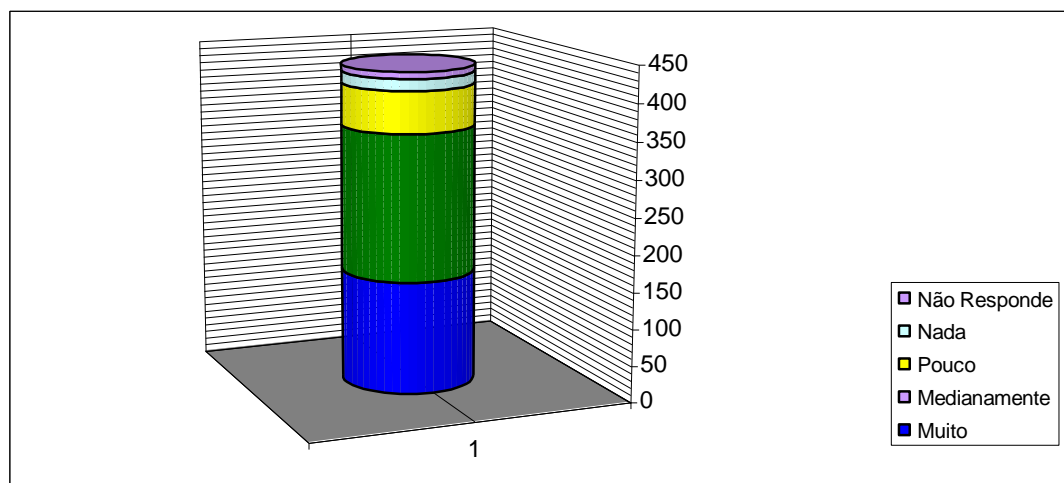
## 2.3.4. Inquérito à Comunidade: A opinião expressa da população

**Aspectos identificadores do Concelho e Região: A NATUREZA**

Verificou-se que as características geo-morfológicas do território se constituíram como os elementos de identidade da região. Assim a Natureza, nas suas diversas componentes: A Serra/A Floresta/O Rio/As Ribeiras/As Barragens/As Albufeiras, foi o aspecto mais referenciado, tendo recolhido cerca de 70% das respostas.

**Imagem do Concelho/Região: um trabalho a prosseguir**

Relativamente às acções realizadas localmente no sentido de valorizar a imagem do concelho/região através, por exemplo, de feiras, mostras, exposições, material promocional, etc., a maioria dos inquiridos tem uma opinião favorável. Assim, cerca de 46% considera que essas acções têm valorizado medianamente a imagem da região e 35,2% são da opinião que essas acções valorizaram muito a imagem do seu concelho. Apenas aproximadamente 17% da população inquirida demonstrou alguma insatisfação no tipo de acções de valorização realizadas.



**O Concelho/Região em 1990: *uma situação intermédia***

Globalmente, verificou-se uma tendência geral -quer nos indicadores de Qualidade de Vida (Serviços Básicos, Habitação e urbanismo, etc.) quer nos da Economia Local (Agricultura e floresta, Industria, Comércio e Serviços, etc) quer ainda nos do Património e Recursos Naturais (Património histórico/cultural, Paisagem natural e meio-ambiente, etc.)- para o maior peso percentual se situar na categoria “Média”. De facto, de todos os dezoito indicadores, apenas dois se demarcam dessa tendência: um dos indicadores integrados na Qualidade de Vida, concretamente a Cultura e Recreação e um indicador da Economia Local – o Turismo. Em ambos os casos a maioria de respostas obtidas situa-se ao nível da categoria “Insatisfatória”.

No fundo, a população perpetuou na sua memória um espaço territorial sem grandes ou especiais atributos, no que se refere às condições de vida propriamente ditas e em que as mudanças verificadas se pautaram -na sua maioria- por uma situação intermédia face à escala de valores definida no inquérito.

**10 anos de mudança - O Concelho/Região em 2000: *uma satisfação restrita***

Pela análise efectuada dos dados apurados para os anos de 1990 e 2000, verificou-se que não houveram alterações significativas que revertessem a tendência geral de opinião no sentido negativo.

Na verdade, oito dos indicadores referenciados, mantiveram-se com idêntico grau de satisfação, ou seja, os inquiridos manifestaram terem ocorrido igual número de mudanças positivas e negativas e por tal uma evolução média no território. Outros oito indicadores transitaram para uma posição mais favorável que identifica uma evolução favorável face aos mesmos.

Ao longo desta análise comparativa da evolução do Concelho/Região em 10 anos, podemos concluir que, globalmente, se verificou uma tendência evolutiva no sentido positivo, embora não seja de descurar a permanência ou estagnação de alguns indicadores num grau de satisfação médio.

Constata-se que em 10 anos, as mudanças que ocorreram no território foram mais vincadas em termos de satisfação das necessidades básicas das populações -satisfeitas pelos organismos públicos com competências nessas áreas.

Coexistiu porém e por parte destas e outras entidades, uma preocupação efectiva no sentido de proporcionar uma maior qualidade de vida às populações, ao nível de outras necessidades mais hierarquizadas, nomeadamente ao nível da cultura, recreação, lazer, desporto, etc.

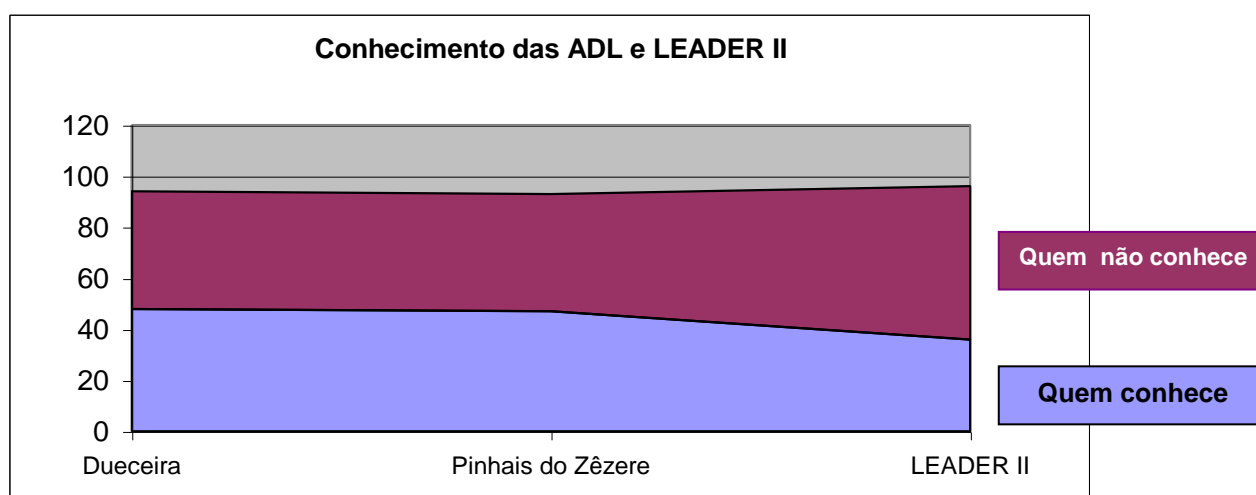
As grandes áreas ainda lacunares, em termos de intervenções específicas, situam-se ao nível dos factores determinantes para o crescimento da economia local, entre outros, as acessibilidades, os sectores de actividades, os investimentos na região, etc.

No fundo, verifica-se que a par de grandes mutações sobretudo ao nível do aumento das condições de vida e da mentalidade da população, mantém-se a estagnação da região, que continua a não ter um crescimento sustentável e conducente ao seu desenvolvimento equilibrado.

### Conhecimento da Actividade Local- as ADL e o LEADER II: *a chave é divulgar mais*

Questionada a população sobre a actividade local produzida em prol do desenvolvimento da região, constatou-se que no que concerne ao conhecimento e à identificação das entidades que agem no território, concretamente a Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça e Pinhais do Zêzere- Associação de Desenvolvimento, cerca de metade da amostra revela conhecê-las, ou seja, as acções (Leader ou não) protagonizadas por estas entidades são reconhecidas na comunidade.

No entanto, quando se filtra o pedido e se solicita a identificação da Iniciativa Comunitária LEADER II, o desconhecimento da mesma sobressai com 60% contra cerca de 36% indivíduos que afirmam reconhecer a intervenção.



### **ELOZ = desenvolvimento**

A população inquirida convidada a associar as entidades referenciadas -Dueceira, Pinhais do Zêzere e Iniciativa Comunitária LEADER II- às ideias que formam sobre estas designações<sup>11</sup>, apresentou um leque diverso de respostas:

- Desenvolvimento, em geral;
- Apoio à Economia Local;
- Sistema de Incentivos / Apoio Financeiro;

<sup>11</sup> A questão foi colocada em aberto, tendo sido definido posteriormente um conjunto de respostas-tipo.

- Valorização /Promoção do Mundo Rural
- Associativismo;
- Conjunto de Concelhos/Região/Associação de Concelhos
- Não sabe
- Não responde

Cerca de 25% dos inquiridos associou as designações à ideia de desenvolvimento em geral, 6,9% associou-as a sistemas de incentivos/apoios financeiros específicos para a região.

Contudo, é de realçar que um número significativo de indivíduos, 56,3%, optou por não responder a esta questão, o que poderá eventualmente ser um indicador de desconhecimento. E se a esta percentagem juntarmos os 5,1% que afirmaram não saber a resposta, passa a haver um valor muito significativo (61,4%) de potenciais desconhecedores do âmbito de acção das ADL's, que justifica mais e melhores acções de promoção e divulgação.

### ***Comunicação social : uma aliada do desenvolvimento local***

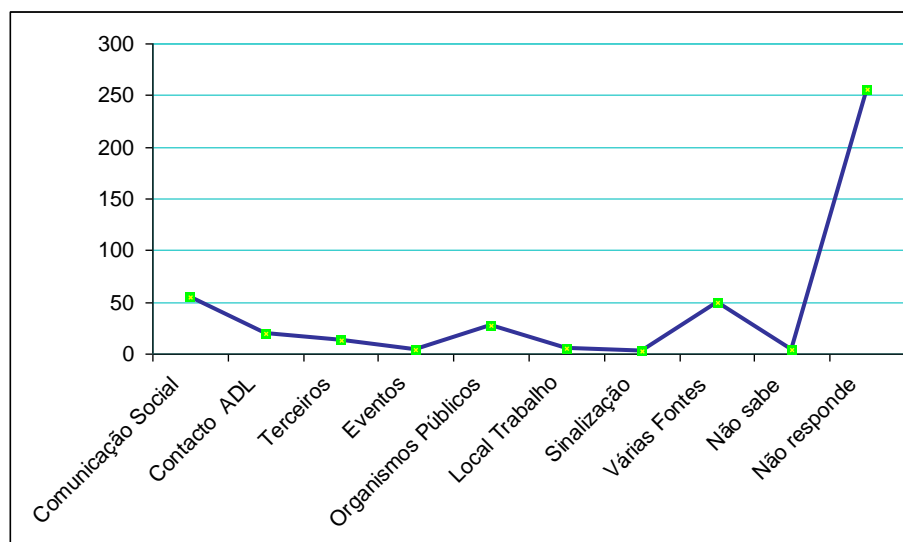
Tal como para a associação de ideias, deixou-se em aberto a questão relativamente à fonte ou origem do conhecimento das entidades. Foi possível a definição de uma tipologia de respostas, nomeadamente:

- Comunicação social (engloba-se nesta categoria a imprensa local e regional bem como outros meios de comunicação mais abrangentes).;
- Contacto directo ou indirecto com as entidades
- Por terceiros;
- Em eventos;
- Através de organismos públicos;
- No local de trabalho;
- Através de placas de sinalização do Programa;
- Várias fontes;
- Não sabe;
- Não responde

Verificou-se que a proveniência ocorreu em 12,6% dos casos da Comunicação Social, 11,3% das respostas a partir de fontes diversas (considerou-se esta designação quando foram focadas mais do que uma fonte de conhecimento). A terceira fonte/origem de conhecimento mais assinalada foram os Organismos Públicos (como por exemplo as

Zona Agrária, Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, Instituto de Emprego e Formação Profissional e, principalmente, as Câmaras Municipais).

Destacamos, uma vez mais o valor elevado de inquiridos (58,85%) que não responderam a esta questão.



## Os Beneficiários LEADER II

No que diz respeito ao Conhecimento de Beneficiários LEADER a grande maioria dos inquiridos, praticamente 80% da amostra, responde negativamente, ou seja, apenas perto de 15% afirma conhecer alguém que tenha beneficiado deste Programa. Esta análise vem demonstrar, mais uma vez, a necessidade de uma ampla e adequada estratégia de divulgação, visando alcançar o maior número de indivíduos possível.

### Projectos e opiniões concretos

Como resultado da solicitação aos inquiridos para apontarem e darem a sua opinião sobre um projecto LEADER de que tivessem conhecimento no seu concelho, foram apuradas 63 respostas com projectos expressamente identificados. O concelho com o maior número de referências foi o de Figueiró dos Vinhos (19).

CONCELHO	PROJECTO
◆ Castanheira de Pera	➤ projectos sociais desenvolvidos pela Amicaper, associação com sede nesta vila e uma actividade diversificada ao nível da acção social, cultural e recreativa
◆ Figueiró dos Vinhos	➤ Mercado de Arega
◆ Lousã	➤ X-Tus Bar (Recuperação de taberna típica)
◆ Miranda do Corvo	➤ intervenção no Núcleo Histórico desta vila
◆ Pampilhosa da Serra	➤ diversos projectos concretizados na aldeia do Fajão <sup>12</sup>
◆ Pedrógão Grande	➤ Casais do Termo
◆ Vila Nova de Poiares	➤ -----
◆ Zona de Intervenção	➤ trilhos da serra e a própria acção da ADL

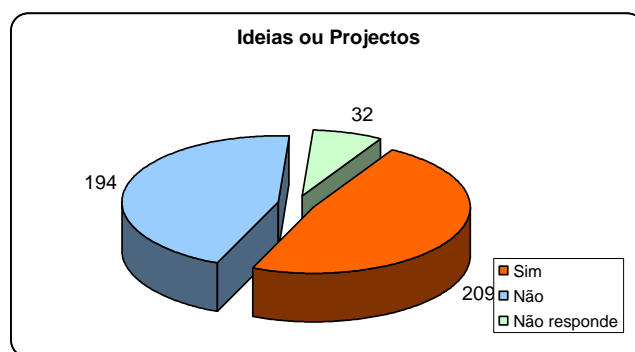
Quanto à opinião expressa pelos inquiridos, acerca dos projectos que apontaram como sendo do seu conhecimento directo, apenas 33 indivíduos a manifestaram (cerca de metade) e destas respostas apenas um inquirido expressou uma opinião negativa. Mais de 50% concordou que os projectos causaram impacto positivo na região, tendo importância per si ou para o conjunto do território.

Relativamente ao tipo de críticas apresentadas pelos inquiridos, estas prendem-se, basicamente, com a carga burocrática do Programa e com sua insuficiente divulgação.

<sup>12</sup> Os projectos identificados no concelho de Pampilhosa da Serra foram apoiados no âmbito da Zona de Intervenção da ADIBER

### Ideias ou Projectos latentes

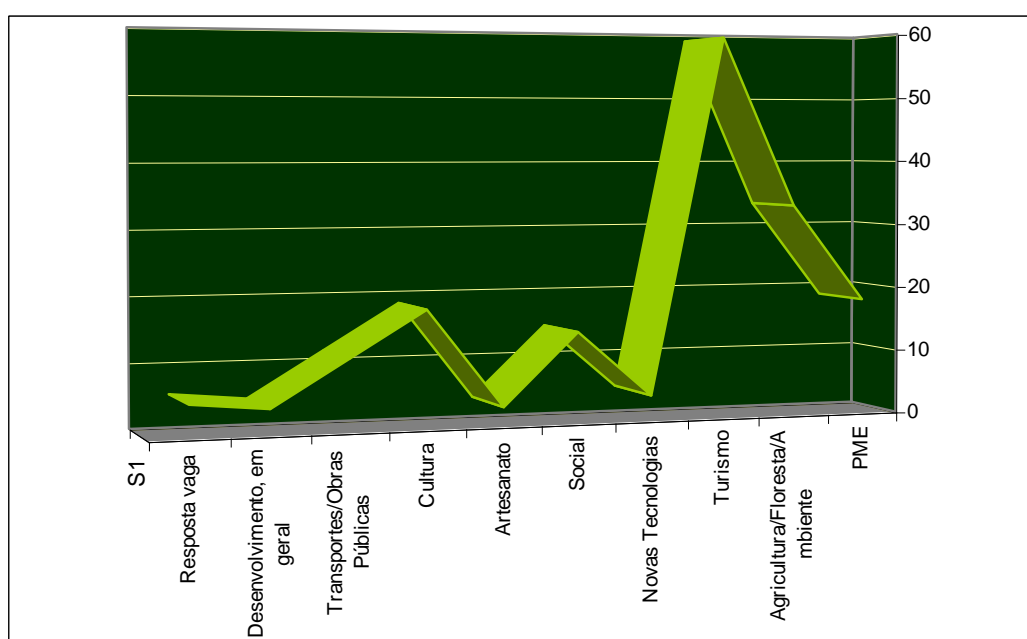
Relativamente a possíveis ideias ou projectos a concretizar, 48% dos indivíduos manifestaram ter uma ideia/projecto que gostariam de realizar, contra 44,6% que responderam negativamente a esta questão.



Em relação à tipologia das ideias ou projectos, isto é, a área de actividade onde se inserem, apenas 158 indivíduos a clarificaram, embora no total fossem expressos 169 projectos (alguns indivíduos indicaram mais do que um).

Das ideias ou projectos expressos a maioria relacionavam-se com o Turismo (aproximadamente 35%, sub-divididos em três tipologias: projectos integrados, infra-estruturas turísticas e relacionados com actividades de desporto e lazer).

Outra área muito apontada foi a Agro-pecuária/Floresta/Ambiente com 19,5%, seguida das PME e Cultura ambas com cerca de 11%.



### 2.3.5. Conclusões gerais da aplicação do Inquérito à Comunidade

*O Inquérito à Comunidade revelou-se ser um instrumento de análise do território e de avaliação da intervenção da Dueceira assaz interessante e, sobretudo, importante para a definição de uma estratégia territorial.*

*Se por um lado, demonstrou capacidade efectiva para promover o exercício crítico das populações, por outro, permitiu a obtenção de dados inestimáveis para a fundamentação de qualquer intervenção local.*

*Na verdade, as ilações retiradas demonstram que muito há ainda a fazer perspectivando o desenvolvimento integrado e sustentável da região. Mais, indicam o caminho a prosseguir e dão suporte à(s) estratégia(s) a definir.*

*Os dados demográficos recolhidos consubstanciaram as estatísticas demográficas. Com segurança, podemos agora afirmar que a NATUREZA é o elemento que congrega, une e identifica toda uma região e que qualquer intervenção proposta em termos de IMAGEM do território deverá pressupor esta ideia-chave.*

*Verificamos que a população tem consciência do estado de desenvolvimento dos concelhos e da região onde reside. Embora a comunidade local não se manifeste negativamente com o trabalho realizado -essencialmente pelas autarquias e pelas entidades com competências específicas nas áreas do desenvolvimento- constata-se que e apesar de alguns sectores de actuação terem evoluído favoravelmente num período de 10 anos, a satisfação social das populações, no cômputo global, é ainda manifestamente restrita. Tal, indicia um caminho a prosseguir que passará obviamente por intervenções que promovam o aumento da qualidade de vida das populações, para além da mera satisfação das suas necessidades básicas.*

*Constatamos, igualmente, que toda a actividade promovida em prol do desenvolvimento das terras de Entre LOusã e Zêzere, carece de mais e melhor divulgação. A estratégia a prosseguir na construção de um PDL- Plano de Desenvolvimento Local deverá -com*

*certeza- integrar acções de promoção de uma identidade em torno de uma imagem comum, de animação e envolvimento das comunidades, de publicitação e divulgação das iniciativas realizadas.*

*Finalmente, verificamos também, que a população quando chamada a intervir tem ideias muito precisas de projectos concretos para o desenvolvimento da sua região -e embora este indicador não traduza verdadeiramente a sua dinâmica e capacidade de intervenção- indica algumas iniciativas exequíveis.*

#### **2.4. A análise SWOT da região: um diagnóstico da Zona de Intervenção**

Baseados no sentido lato do conceito *competitividade territorial*, que se traduz na ideia de que “(...) um território torna-se competitivo sempre que possa fazer face à concorrência de um mercado, assegurando ao mesmo tempo uma durabilidade ambiental, económica, social e cultural baseada em lógicas de rede e de articulação inter-territorial”<sup>13</sup>(...), pretendeu-se com o instrumento de diagnóstico territorial – vulgarmente designado por análise swot- para além da elaboração de uma listagem descritiva dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, permitisse a definição dos trunfos e constrangimentos da Zona de Intervenção com base nas quatro dimensões da competitividade territorial <sup>14</sup>, ou seja:

- competitividade social;
- competitividade ambiental;
- competitividade económica e
- competitividade global

Deste modo, as diferentes reflexões efectuadas sobre o território, nomeadamente:

- a caracterização geo-morfológica,
- a análise estatística e consequentes conclusões,
- a expressão da sociedade civil,
- acrescidas de todo um trabalho no terreno que se baseou:
  - ◆ em reuniões e contactos directos com os diferentes interlocutores e agentes locais,
  - ◆ na experiência técnica do GAL,
  - ◆ na aplicação de diversas metodologias de intervenção...

permitem-nos criar uma grelha na qual é observada e posicionada a situação actual dos recursos existentes, as reais possibilidades de valorização destes ou o risco de degradação ou desaparecimento dos mesmos.

---

<sup>13</sup> Confrontar com “A competitividade dos territórios rurais à escala global” – Inovação em Meio Rural - Caderno nº. 6 - Fascículo 5 – Observatório Europeu LEADER – Fevereiro de 2001

<sup>14</sup> ou seja “(...) a elaboração do projecto de território é, por conseguinte, um processo que visa atribuir aos agentes locais (...) capacidade para valorizar o seu ambiente, agir em conjunto, criar elos de ligação entre sectores tentando reter localmente o máximo de valor acrescentado e iniciar relações com outros territórios e o resto do mundo.” .

	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<b>Competitividade Social</b> Componentes do Capital Social	Situação positiva actual do recurso	Situação negativa actual do recurso	Possibilidade efectiva de valorização do recurso local	Risco existente de degradação ou desaparecimento do recurso local
<b>Competitividade Ambiental</b> Recursos físicos e patrimoniais	(potencialidade local)	(constrangimento local)		
<b>Competitividade Económica</b> Elementos da Economia Local				
<b>Competitividade Global</b> Componentes à Escala Global				

Esta primeira síntese indicia-nos para um caminho a percorrer, criando um primeiro diagnóstico do território que se constituirá como o fundamento para a estratégia do Plano de Desenvolvimento Local.

### 2.4.1. A competitividade social do território

O ponto de partida para a apresentação de uma expressão gráfica da competitividade social do território são as diferentes componentes do capital social:

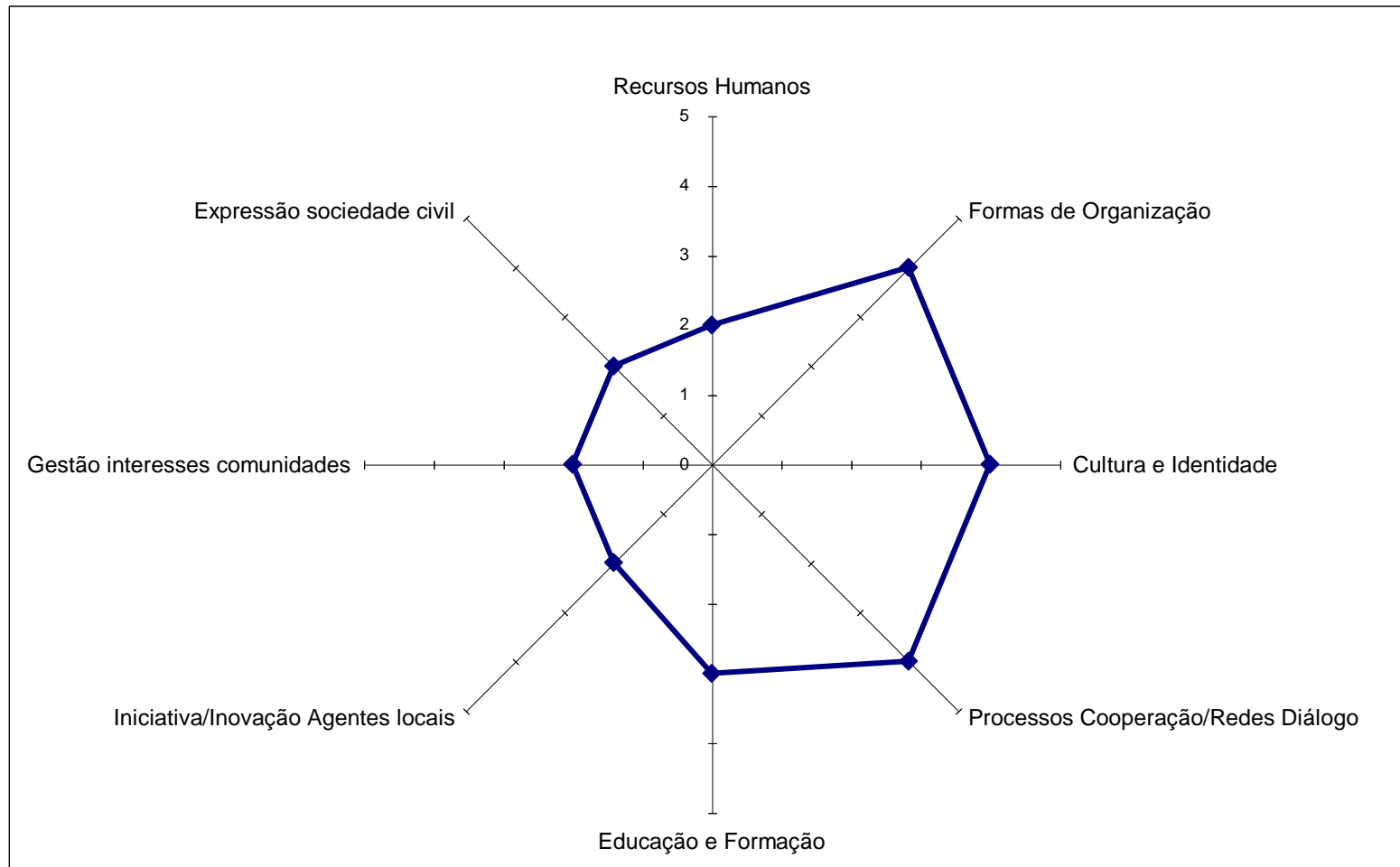
- Recursos Humanos: Comunidade em geral, actores locais
- Formas de Organização
- Cultura e Identidade Sociais
- Processos de Cooperação / Redes de Diálogo
- Educação e Formação: Saber-Fazer, Competências...
- Iniciativa/Inovação dos agentes locais
- Gestão de Interesses
- Expressão da Sociedade Civil

Com recurso ao método SEP- Sistematização de Estratégias Participativas<sup>15</sup>, efectuou-se a atribuição de valores de 1 a 5 (em que 1 é 'pouco' e 5 é 'muito') a uma grelha composta por 8 variáveis qualitativas.

A pertinência desta apresentação baseia-se no facto de que de uma forma simples e acessível é possível a constatação da realidade do território, verificando-se – simultaneamente- quais os aspectos que carecem de uma intervenção mais célere e/ou cuidada.

---

<sup>15</sup> Método elaborado no seio da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II pelas ADL de Entre Douro e Minho e no qual a Dueceira participou desde a Oficina de Troca de Experiências em Lamego, vindo a integrar o Grupo de Trabalho que concretizou o Seminário “Articulação dos Programas Nacionais e Europeus para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento local”, realizado em Viana do Castelo (entre 6 e 8 de Março de 2001)



Expressão gráfica, com base em variáveis de natureza qualitativa  
Competitividade Social: Forças e Fraquezas

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE SOCIAL</b></p> <p><b>COMPONENTES DO CAPITAL SOCIAL</b></p> <p><b>Recursos Humanos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Comunidade em geral</li> <li>❖ Actores locais</li> </ul> <p><b>Formas de Organização</b></p> <p><b>Cultura e Identidade Sociais</b></p>	<p>Forte expressão em termos de organização colectiva: existência de inúmeras de associações, colectividades e cooperativas.</p> <p>Existência de uma cultura e reconhecimento de uma identidade próprias do território, no entanto, ainda pouco divulgada e expressa.</p> <p>Existência significativa de entidades e infra-estruturas de apoio ao nível social, cultural, recreativo e desportivo, que defendem e promovem a identidade local.</p>	<p>Desertificação humana:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Baixa densidade populacional (45,9 hab. por Km<sup>2</sup>).</li> <li>◆ Verificação entre 1991-1998 de uma variação populacional negativa, tendo a ZI perdido aproximadamente 6% da sua população.</li> </ul> <p>Estrutura etária envelhecida (População adulta 71%)</p>	<p>Existência de comunidades com dimensões significativas de naturais da Zona de Intervenção e residentes fora desta, nomeadamente em Lisboa que podem trazer mais-valias para o território</p> <p>Existência de uma massa crítica ao nível de organizações colectivas capazes de promover iniciativas válidas de promoção da competitividade social</p> <p>Espaço para a valorização/promoção do modo de vida local (modus vivendi próprio das comunidades rurais)</p>	<p>Fenómeno tendencialmente crescente [1981 – 1991 - 1998]: envelhecimento da população e de desertificação humana.</p> <p>Adesão ao protótipo de modelo de vida resultante do fenómeno da globalização, essencialmente na importação de atitudes de vida negativas ou socialmente poluentes.</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE SOCIAL</b></p> <p><b>Processos de Cooperação Redes de Diálogo</b></p> <p><b>Educação e Formação</b></p> <p><b>Iniciativa/Inovação dos Agentes Locais</b></p>	<p>Existência de experiências de cooperação inter-institucional, aos níveis local, regional, nacional e internacional, bem como redes que promovem o diálogo social.</p> <p>Existência de algumas entidades prestadoras de formação profissional específica</p> <p>Proximidade relativa de estruturas públicas de ensino superior.</p> <p>Existência de actores activos, portadores de saber-fazer tradicionais</p>	<p>Existência de entidades específicas para apoio a população portadora de deficiência física e/ou mental (embora ainda em número insuficiente) mas sem capacidade efectiva para promover a sua real integração social.</p> <p>Encerramento das escolas mais isoladas: factor de desmotivação no processo de fixação da população.</p> <p>Espírito de iniciativa relativamente fraco ou reduzido</p>	<p>Promover o funcionamento mais eficaz das redes e a sistematização do conhecimento que estas detêm sobre o território</p> <p>Aproveitamento da formação profissional específica efectuada no território para promover o espírito de iniciativa empresarial nomeadamente através de ajudas à criação do próprio emprego.</p>	<p>Estagnação da capacidade de oferta de emprego e/ou inadequação às expectativas profissionais.</p> <p>Desmotivação no processo de fixação da população.</p> <p>Inexistência de perspectivas de vida com o conseqüente êxodo da população, principalmente das camadas etárias mais jovens.</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE SOCIAL</b></p> <p><b>Gestão de Interesses</b></p> <p><b>Expressão da Sociedade Civil</b></p>		<p>Gestão inadequada dos interesses das comunidades locais.</p> <p>Sociedade civil em geral pouco interessada nas decisões respeitantes à gestão de interesses da sua terra</p>	<p>Promoção da gestão local de recursos financeiros</p> <p>Promoção do exercício efectivo da cidadania, para favorecimento de uma melhor adequação das intervenções às reais expectativas da comunidade e por tal um diálogo social eficaz</p>	

#### 2.4.2. A competitividade ambiental do território

Mais uma vez recorrendo ao método SEP- Sistematização de Estratégias Participativas<sup>16</sup>, efectua-se a apresentação de uma expressão gráfica da competitividade ambiental do território.

Para tal, analisaram-se todos os recursos físicos e patrimoniais existentes, atribuindo-se um valor de 1 a 5 para a situação actual do recurso (em que 1 é 'Muito fraca' e 5 é 'Muito boa'), numa apreciação que ponderou o equilíbrio qualidade/quantidade tendo em linha de conta as suas diversidade e harmonia.

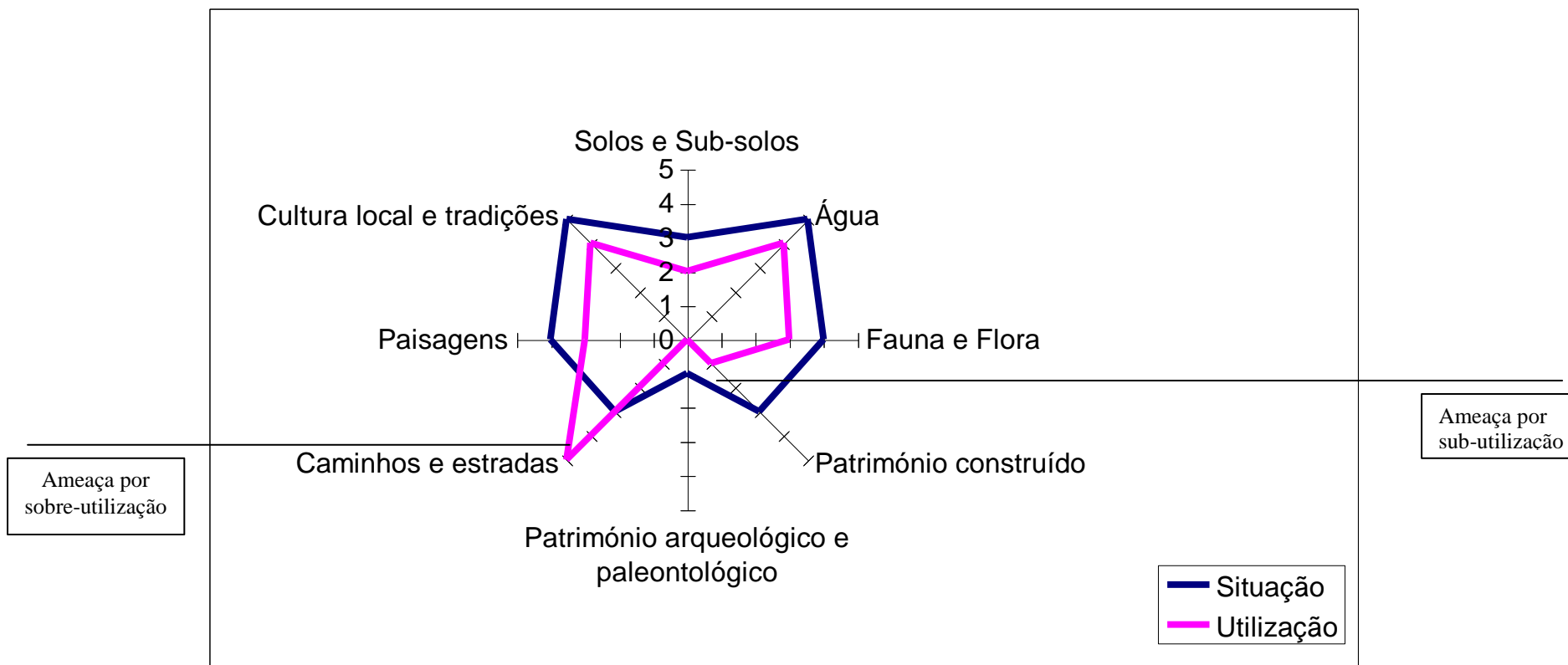
Num segundo nível de análise observou-se o nível de utilização do recurso, ou seja, tendo por base o valor dado ao recurso atribuiu-se mais ou menos valores consoante existe:

- sobre-utilização (+2),
- utilização completa não sustentável (+1),
- utilização completa e adequada (0), sub-utilização sem riscos de degradação (-1) e
- sub-utilização com riscos de degradação ou desaparecimento do recurso (-2).

Obteve-se, deste modo, um gráfico composto por 2 linhas que identificam com maior nitidez os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades do território em termos ambientais.

---

<sup>16</sup> Método elaborado no seio da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II pelas ADL de Entre Douro e Minho e no qual a Dueceira participou desde a Oficina de Troca de Experiências em Lamego, vindo a integrar o Grupo de Trabalho que concretizou o Seminário “Articulação dos Programas Nacionais e Europeus para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento local”, realizado em Viana do Castelo (entre 6 e 8 de Março de 2001)



Expressão gráfica da Competitividade Ambiental

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE AMBIENTAL</b></p> <p><b>Solos e sub-solos</b></p> <p><b>Água</b></p> <p><b>Flora e Fauna</b></p> <p><b>Património Construído</b></p>	<p>Existência de recursos naturais diversificados, em profusão</p> <p>Recente classificação da Serra da Lousã como património natural protegido (Rede Natura 2000)</p> <p>Existência de projectos específicos de natureza integrada e inter-institucional para acção directa no combate a incêndios florestais.</p> <p>Existência de património construído com valor histórico/cultural e/ou arquitectónico. (ênfase para as aldeias serranas – património arquitectónico xistoso)</p>	<p>Gestão desinteressada, negligente ou lacunar dos recursos</p> <p>Desajustamento entre a capacidade de uso do solo e o seu efectivo aproveitamento. Situação mais grave no tocante aos solos florestais. Fraca capacidade de reposição florestal de áreas ardidas.</p> <p>Gestão inadequada dos projectos florestais existentes.</p> <p>Debilidade das estruturas de produtores</p> <p>Insuficiente conhecimento e estudo do património natural e construído.</p> <p>Falta de investimento no património edificado com valor histórico existente.</p> <p>Aumento abrupto da construção sem uma adequada estratégia urbanística (principalmente nas vilas sede-concelho).</p>	<p>A assunção da Serra da Lousã enquanto património natural protegido.</p> <p>O uso múltiplo da floresta e a utilização da biomassa como energia alternativa.</p> <p>A possível recuperação e reabilitação do património natural e construído</p>	<p>Vulnerabilidade do território face à constante e crescente ameaça dos incêndios florestais.</p> <p>Aumento da poluição e possível deterioração das condições de vida em termos ambientais a médio prazo</p> <p>Sub-utilização com risco de degradação das aldeias serranas</p> <p>Desaparecimento das características típicas de construção e ainda a construção e/ou substituição por outras atípicas.</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE AMBIENTAL</b></p> <p><b>Património Arqueológico e Paleontológico</b></p> <p><b>Caminhos e Estradas</b></p> <p><b>Paisagens/ Morfologia da Zona de Intervenção</b></p> <p><b>Cultura Local e Tradições</b></p>	<p>Riqueza cultural e tradições peculiares e únicas</p> <p>Existência de um trabalho de divulgação do espaço "Serra da Lousã" e "Entre LOusã e Zêzere, sobretudo através da promoção da imagem de marca (o verde/azul)</p>	<p>Recursos por descobrir e explorar</p> <p>Acessos, em geral, deficientes e degradados</p> <p>Falta de sinalização</p> <p>Existência de recursos paisagísticos favoráveis. Paisagem natural diversificada: montanha, floresta, rios e ribeiras</p>	<p>Possibilidade de exploração de alguns micro-núcleos descobertos</p> <p>Condições propícias à prática de local de actividades diversas: caça, pesca, campismo, circuitos: pedestres, equestres, automóveis, BTT e TT e outros.</p> <p>A promoção de actividades de animação turística diversificadas e de todo um conjunto de produtos "para-turísticos"</p> <p>O aproveitamento dos apoios financeiros aos sectores ambiental e turístico e ainda as acções preconizadas no âmbito do PO do Centro -AIBT- Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (concretamente as Redes das "Aldeias de Xisto", das "Praias Fluviais do Pinhal", das "Estradas Panorâmicas", e as iniciativas aos níveis do Turismo e Floresta)</p>	<p>Sobre-utilização das vias de comunicação existentes sem uma manutenção simultânea e face à consecutiva degradação das mesmas</p> <p>Ausência de preocupações estéticas (poluição visual do meio-ambiente)</p>

### 2.4.3. A competitividade económica do território

São quatro os elementos-suporte a uma análise e avaliação da competitividade económica de um território que se traduz “*na capacidade dos agentes de produzir e reter um máximo de valor acrescentado no território reforçando as relações entre sectores e fazendo a combinação dos recursos e das vantagens para valorizar o carácter específico dos produtos e serviços locais*”<sup>17</sup>. São estes concretamente:

- Competências e ‘saber-fazer’ e capacidade para dominar as tecnologias;
- Recursos Financeiros e capacidade para assegurar a sua gestão adequada;
- Tecido Empresarial, o conhecimento das empresas que se localizam na região;
- Mercados: acessos e ligações existentes com estes.

Utilizando esta metodologia obtém-se uma visão o mais aproximada possível da realidade local, a qual é expressa nos quadros seguintes e que permitem concluir sobre a capacidade dos agentes económicos locais reterem a mais-valia no seu território tornando-o então competitivo do ponto de vista económico.

---

<sup>17</sup> Confrontar com Cadernos “Inovação em Meio Rural” nº6 – Fascículo 4 “ A Competitividade Económica” – Observatório Europeu LEADER – Julho de 2000. A metodologia preconizada foi utilizada na elaboração do Método SEP, atrás referenciado, o qual constitui um dos recursos do GAL na elaboração do presente PDL.

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE ECONÓMICA</b></p> <p><b><u>ELEMENTOS DA ECONOMIA LOCAL:</u></b></p> <p><b>Competências e 'saber-fazer'</b></p>	<p>A maioria da população encontra-se empregada no sector terciário da economia- tendência para a tercearização da economia local</p> <p>Existência de inúmeras entidades prestadoras de formação profissional.</p> <p>Existência de entidades difusas e promotoras de acções de valorização, de recuperação e de modernização dos 'saber-fazer' tradicionais</p> <p>Proximidade relativa face a estruturas de ensino superior e centros de investigação.</p> <p>Existência de relações com essas entidades, pelo menos ao nível de organismos colectivos.</p>	<p>Predominância de mão-de-obra indiferenciada e sua fraca especialização como consequência da falta de qualificação dos recursos humanos existentes.</p> <p>Existência de população desempregada com competências no sector têxtil, sector em declínio mas com tradição na Zona de Intervenção.</p> <p>Falta de iniciativa empresarial da população em geral-atitude negativa face ao risco.</p> <p>Tendência para o envelhecimento e diminuição da população activa</p> <p>Fraca propensão da população em geral para a procura de informação</p> <p>Inadequação da oferta de emprego face à procura</p> <p>Problemas de emprego acrescidos para a população feminina e relativamente a indivíduos desempregados há mais de um ano</p> <p>Fraca apetência dos agentes locais para a aquisição de competências e formação</p>	<p>Aproveitamento das estruturas formativas existentes para adequação das competências aos perfis profissionais mais procurados pelas empresas</p> <p>Potenciar o 'saber-fazer' tradicional no desenvolvimento de produtos tradicionais com incorporação de engenharia, arte e design.</p> <p>Funcionamento em rede com as estruturas de ensino superior e os centros de investigação, para uma efectiva colaboração nos sectores da sua competência e desenvolvimento de estudos específicos</p> <p>Criação de estruturas de apoio à inovação tecnológica</p>	<p>Produtividade reduzida da actividade económica e perda de competitividade face à concorrência.</p> <p>Criação de empregos comprometida a prazo.</p> <p>Desaparecimento de serviços em localidades mais distantes das sedes de concelho</p> <p>Existência do risco dos investimentos serem promovidos por agentes exteriores que por sua vez exteriorizam também o valor acrescentado produzido</p> <p>Massa crítica de população activa em decréscimo.</p> <p>Êxodo da população activa qualificada</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE ECONÓMICA</b></p> <p><b>Recursos Financeiros</b></p>	<p>Existência de inúmeros programas de apoio a actividades produtivas</p> <p>Existência de recursos financeiros nacionais para apoio à implantação, com melhores condições, de parques industriais</p> <p>Existência de políticas de implantação de parques industriais em todos os concelhos da Zona de Intervenção, com incentivos autárquicos para a fixação empresarial.</p>	<p>Fraca propensão para a poupança das famílias (acompanhamento da tendência nacional)</p> <p>Sistema bancário com poucas demonstrações de flexibilidade no que respeita à apresentação de garantias para a concessão de crédito.</p>	<p>Criação de mais e diversificadas empresas, nomeadamente por parte dos jovens que permaneceram no território e que têm maiores dificuldades no acesso ao crédito, tendo por tal todas as vantagens em beneficiar das condições oferecidas pelos apoios da administração local.</p>	<p>Dificuldades de acesso ao crédito por parte de alguns promotores de projectos, com a consequente perda de iniciativas, por vezes, válidas para o desenvolvimento.</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE ECONÓMICA</b></p> <p><b>Tecido empresarial</b></p>	<p>A maioria das empresas – senão a sua totalidade- são dirigidas por agentes locais.</p> <p>Existência de algumas empresas com envergadura e histórias de sucesso e, simultaneamente, uma malha heterogénea de pequenas empresas [sem ligação entre si]</p>	<p>Gestão deficiente das potencialidades da fileira florestal.</p> <p>Inexistência de associações industriais ou comerciais que promovam a difusão de boas práticas de gestão.</p> <p>Inexistência de Gabinetes do Investidor e debilidade dos serviços e estruturas de apoio às actividades produtivas</p> <p>Inexistência nos parques industriais de estruturas comuns de apoio e serviços, que incentivem a fixação de empresas de pequena dimensão ou com grande risco inicial.</p> <p>Inexistência de instrumentos de promoção dos parques industriais implantados.</p> <p>Insuficiente pensamento e planeamento empresarial estratégicos como consequência da falta de quadros médios e superiores com conhecimentos específicos na área de gestão.</p>	<p>Aproveitamento da abundância e qualidade dos recursos endógenos existentes na Zona de Intervenção para despoletar iniciativas empresariais no sector turístico, visando explorar esses recursos com inovação e qualidade ambiental.</p> <p>Reconhecimento de uma imagem comum e transversal da Zona de Intervenção por forma a criar uma oferta turística que permita ao visitante apreciar o ambiente em que o produto é criado.</p> <p>Articulação das actividades económicas, culturais e de lazer.</p>	<p>Perda de competitividade derivada dos elevados custos de produção: no sector agrícola pelo facto de nos integrarmos numa Zona de Montanha e, portanto, desfavorecida. Nos restantes sectores, pela falta dos diferentes serviços já apontados.</p> <p>Maior atracção de outras zonas nacionais, nomeadamente do litoral do país ou grandes centros urbanos.</p> <p>Capacidade de renovação e inovação comprometidas.</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE ECONÓMICA</b></p> <p><b>Mercados</b></p>	<p>A oferta de produtos e serviços é relativamente diversificada.</p> <p>Existência de alguns pontos de venda de produtos locais.</p> <p>Proximidade face a mercados urbanos.</p>	<p>Pequena dimensão do mercado local.</p> <p>Inexistência de associações industriais e comerciais que promovam estratégias de conquista de novos mercados.</p> <p>Inexistência de pontos de informação ao consumidor externo/visitante dos locais de venda dos produtos endógenos.</p> <p>Falta de preocupação por parte dos produtores na valorização das características que tornam o produto tradicional “único”.</p> <p>Inexistência de meios de informação sobre os produtos das empresas locais tendo como alvo específico os visitantes/turistas.</p>	<p>Os centros urbanos constituem-se como um manancial em termos de concentração de consumidores.</p> <p>Existência de segmentos e nichos de mercado ainda por explorar.</p> <p>Criação de unidades de venda móveis.</p> <p>Criação de associações ou redes de empresas para a comercialização (distribuição e promoção) dos produtos locais.</p> <p>Criação de “vitrinas” para a promoção e comercialização de produtos de qualidade.</p> <p>Implementação de acções de qualidade: rótulos de denominação de origem geográfica controlada ou que evoquem certas características territoriais.</p>	<p>Proximidade de grandes centros urbanos ou maior diversidade da oferta em termos comerciais e de serviços, com preços mais competitivos.</p> <p>Dificuldades de acesso aos mercados mais compensadores.</p>

#### 2.4.4. A competitividade global do território

A competitividade global de um território identifica a “capacidade dos agentes locais encontrarem o seu lugar (...)”, o seu próprio posicionamento “(...) em relação aos outros territórios e ao mundo exterior, em geral, de forma a fazer avançar o seu projecto territorial, assegurando-lhe uma viabilidade no contexto da globalização”<sup>18</sup>. Aplicado neste contexto trata-se de um processo que pretende aferir os desafios e efeitos da globalização à Zona de Intervenção, avaliando as suas diferentes componentes, nomeadamente:

- A imagem do território;
- As relações externas;
- O tecido económico local;
- O sistema político.

Estas componentes são fundamentais para compreender o território face a questões, tais como:

- ➔ O posicionamento local face ao global, recorrendo a estratégias de imagem e promoção territorial junto dos consumidores e o interesse manifestado por estes relativamente a componentes ou elementos dessa própria imagem;
- ➔ A criação de ligações/elos com outros territórios com maior ou menor proximidade, visando a troca de experiências e know-how e ainda relações de solidariedade;
- ➔ A resposta efectiva das empresas às evoluções que ocorrem externamente e a sua atitude perante estas (encarar as evoluções como problemas ou desafios);
- ➔ A capacidade para o sistema político local gerir o diálogo com outros níveis institucionais, promovendo igualmente uma maior expressão cívica.

---

<sup>18</sup> Confrontar com Cadernos “Inovação em Meio Rural” nº6 – Fascículo 5 “ A Competitividade dos territórios rurais à escala global” – Observatório Europeu LEADER – Julho de 2000. A metodologia preconizada foi utilizada na elaboração do Método SEP, atrás referenciado, o qual constitui um dos recursos do GAL na elaboração do presente PDL.

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE GLOBAL</b></p> <p><b><u>COMPONENTES À ESCALA GLOBAL:</u></b></p> <p><b>Imagem do Território</b></p>	<p>A riqueza geomorfológica do território, constitui o elemento base da criação de uma imagem positiva do mesmo, reconhecida pelas próprias populações.</p> <p>Existência de múltiplos elementos que compõem a imagem do território e que permitem o recurso a variados instrumentos de promoção.</p> <p>Verifica-se uma relação próxima dos agentes locais com os meios de comunicação social e uma divulgação das intervenções e iniciativas empreendidas no território.</p> <p>Participação do tecido artesanal em feiras e outras manifestações fora do território, muitas delas apoiadas e enquadradas pelas instituições públicas do poder local.</p> <p>Existem estudos / levantamentos concelhios e supra-concelhios de inventariação do património cultural da Zona de Intervenção e publicações com base nos mesmos divulgadas numa perspectiva global.</p>	<p>As actividades culturais e outras manifestações de interesse turístico são meramente repetidas em diferentes concelhos da Zona de Intervenção sem uma articulação estratégica que permitisse um maior impacto, caso a sua organização fosse pensada para o Território enquanto um todo.</p>	<p>Aspectos ambientais ainda subvalorizados em termos turísticos ou como determinantes de uma identidade local ["os povos serranos", "o ser serrano"].</p> <p>A preservação da paisagem e a diversificação da oferta de produtos e de serviços baseados no património específico de cada região tornam-se os pilares de reposicionamento da economia num contexto de concorrência mundial.</p> <p>Encontrar um conceito comum com outros territórios, com base na valorização dos seus recursos específicos.</p> <p>Reorientar o interesse dos habitantes para o local, revalorizando uma identidade com história.</p>	<p>Concorrência dentro do próprio território derivada da falta de concertação e de planificação conjuntas de uma estratégia.</p>

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE GLOBAL</b></p> <p><b><u>COMPONENTES À ESCALA GLOBAL:</u></b></p> <p><b>Imagem do Território</b> [Continuação]</p> <p><b>Relações Externas</b></p>	<p>Existem inúmeros sítios Web da responsabilidade dos agentes de administração pública local, de particulares em geral, de empresas do ramo de promoção de imagem e marketing e outras de entidades privadas de natureza colectiva e da própria Entidade Local que promovem a imagem e os produtos específicos.</p> <p>Mel da Serra da Lousã: produto local com denominação de origem protegida (DOP).</p> <p>Existência de recursos ambientais/paisagísticos atractivos dos públicos infantil/juvenil e urbano.</p> <p>A maioria dos concelhos da Zona de Intervenção têm processos de geminação efectivos ou em curso com outros territórios.</p> <p>Vários agentes locais mantêm relações de cooperação muito estreitas com actores fora do território.</p>	<p>Insuficientes e deficientes infra-estruturas hoteleiras e serviços de apoio ao turismo.</p> <p>Nas relações externas verifica-se uma falta de preocupação com a perspectiva comercial que estes contactos podem fomentar.</p>	<p>Possibilitar aos consumidores infantil, juvenil e urbano o reconhecimento da qualidade dos produtos e/ou serviços resultantes de uma maior consideração pelo ambiente.</p> <p>Desenvolvimento de várias actividades novas em vários sectores.</p> <p>Encontrar complementaridades entre territórios.</p> <p>Conhecer e trocar experiências e boas práticas, contactos e relações.</p> <p>Beneficiar das experiências existentes noutros lugares, incluindo em meios urbanos.</p>	<p>Eliminação das barreiras geográficas, jurídicas e de identidade que protegem os produtos locais e as tradições artesanais e culturais.</p> <p>Concorrência de outras regiões próximas com condições idênticas e com infra-estruturas de qualidade superior .</p>



	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p><b>COMPETITIVIDADE GLOBAL</b></p> <p><b><u>COMPONENTES À ESCALA GLOBAL:</u></b></p> <p><b>Sistema Político</b></p>		<p>Incapacidade do território para influenciar a definição de políticas de desenvolvimento local.</p> <p>Inexistência de organismos que defendam e expressem os interesses da população.</p>	<p>Criação de redes de, associações ou federações que consolidem a abordagem integrada dos problemas locais e os debatam a níveis institucionais superiores</p>	<p>Desajustamento das políticas de desenvolvimento em relação às reais necessidades do território.</p> <p>Participação cívica ausente.</p>

## 2.5. Síntese das potencialidades das terras de Entre LOusã e Zêzere

- ➔ **Forte expressão** em termos de organização **colectiva**: existência de inúmeras de associações, colectividades e cooperativas.
- ➔ Existência significativa de entidades e **infra-estruturas de apoio ao nível social, cultural, recreativo e desportivo**, que defendem e promovem a identidade local.
- ➔ **Riqueza geo-morfológica do território** fundamento da criação de uma **imagem positiva** deste, reconhecida pelas populações.
- ➔ Existência de uma **cultura e identidade próprias** do território (“o ser serrano”)
- ➔ Profusão de **sítios Web** que promovem a imagem e produtos específicos da região.
- ➔ Existência de experiências de **cooperação inter-institucional**, aos níveis local, regional, nacional e internacional, bem como redes que promovem o diálogo social.
- ➔ Existência de inúmeros **processos** locais **de gemação** efectivada ou em curso com outros territórios, bem como, **relações de cooperação** estreitas entre agentes locais e outros actores externos.
- ➔ Existência de algumas **entidades prestadoras de formação profissional** específica e a **proximidade** relativa de estruturas públicas de **ensino superior** e de **centros de investigação**.
- ➔ Existência de **actores** activos, **portadores de saber-fazer tradicional** e de entidades difusoras e promotoras de acções de valorização, recuperação e modernização dessas competências.

- ➔ Existência e elevado grau de participação em inúmeras **feiras, mostras e manifestações**, dentro e fora do território, que promovem a sua identidade, os actores e actividades locais.
- ➔ Existência de **recursos naturais diversificados**, em profusão (solo e sub-solos, água, flora e fauna, paisagens, floresta, etc.), atractivos para públicos diversificados
- ➔ Recente classificação da **Serra da Lousã** como património natural protegido (**Rede Natura 2000**)
- ➔ Existência de **projectos específicos** de natureza integrada e inter-institucional para acção directa no **combate a incêndios florestais**
- ➔ Existência de **património construído com valor histórico/cultural e/ou arquitectónico**. (ênfase para as aldeias serranas –património arquitectónico xistoso)
- ➔ Riqueza cultural e **tradições peculiares e únicas**
- ➔ Existência de estudos e levantamentos diversos de **inventariação do património cultural** local, suporte de publicações específicas e que difundem e valorizam a imagem do território.
- ➔ Divulgação do espaço "Serra da Lousã" e "Entre LOusã e Zêzere, sobretudo através da **promoção da imagem de marca (o verde/azul)**
- ➔ Relação de proximidade entre os agentes locais e a comunicação social o que conduz a uma **boa divulgação dos empreendimentos locais**.
- ➔ **Mel da Serra da Lousã**: produto local com denominação de origem protegida (**DOP**)
- ➔ Maioria das **empresas**- senão a sua totalidade- **geridas por actores locais**.
- ➔ Existência de algumas **empresas com envergadura** e histórias de sucesso e, simultaneamente, uma **malha heterogénea de pequenas empresas**.

- ➔ Existência de recursos financeiros nacionais para apoio à implantação de **parques industriais**. Aproveitamento desses recursos **em todos os concelhos** da Zona de Intervenção com incentivos autárquicos para a fixação empresarial. Ainda a existência de inúmeros programas de apoio a actividades produtivas.
  
- ➔ **Oferta** relativamente **diversificada de produtos e serviços**.
  
- ➔ Existência de alguns **pontos de venda de produtos locais**.
  
- ➔ **Proximidade** face a **mercados urbanos**.